

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROPAGANDA E
TURISMO

SUELLEN CRISTINA SANTOS CARLOS

Turismo e Inclusão: reflexos das políticas públicas e ambientais nas
periferias do extremo sul da cidade de São Paulo - um estudo sobre o
Polo de Ecoturismo de São Paulo

SÃO PAULO
2022

SUELLEN CRISTINA SANTOS CARLOS

Turismo e Inclusão: reflexos das políticas públicas e ambientais nas
periferias do extremo sul da cidade de São Paulo - um estudo sobre o
Polo de Ecoturismo de São Paulo

Trabalho de graduação em Turismo,
apresentado ao Departamento de Relações
Públicas, Propaganda e Turismo, da
Universidade de São Paulo, para obtenção
do título de Bacharel em Turismo.

Orientação: Prof. Dr. Reinaldo Miranda de
Sá Teles

São Paulo

2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Carlos, Suellen Cristina Santos

Turismo e Inclusão: reflexos das políticas públicas e ambientais nas periferias do extremo sul da cidade de São Paulo: um estudo sobre o Polo de Ecoturismo de São Paulo / Suellen Cristina Santos Carlos; orientador, Reinaldo Miranda de Sá Teles. - São Paulo, 2022.
63 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo /
Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São
Paulo.

Bibliografia

1. Turismo e Inclusão. 2. Polo de Ecoturismo de São Paulo. 3. Políticas Públicas. 4. Universidade de São Paulo. I. Miranda de Sá Teles, Reinaldo. II. Título.

CDD 21.ed. - 910

Elaborado por Alessandra Vieira Canholi Maldonado - CRB-6/6194

AGRADECIMENTOS

Que esse seja o primeiro de muitos trabalhos que eu venha a produzir no meio acadêmico. A entrega desse trabalho é um passo para a conclusão do curso, mas não para a conclusão de um ciclo, ainda tenho muito a seguir seja no meio acadêmico seja no campo do turismo.

Agradeço ao universo por me permitir existir e me dá forças para não desistir dos meus objetivos. Agradeço aos meus pais, irmãos, familiares e amigos que me acompanharam nesses últimos meses e me ajudaram direta e indiretamente, ouvindo, me dando conselhos, procurando entender o tema e minhas ideias e não me deixando desistir.

Agradeço ao professor Reinaldo pela orientação, por confiar em minha ideia desde a primeira vez que pedi sua orientação e pelo presente com uma banca maravilhosa.

Agradeço ao curso de Turismo e a Universidade de São Paulo por contribuir com minha formação profissional e pessoal. Destaco que não foi fácil chegar até aqui e não foi fácil permanecer.

Que eu seja a primeira de muitos do meu ciclo de familiares e amigos a adentrar à universidade pública e que eu possa ser instrumento de impulsionamento e ajuda para os que vierem depois.

RESUMO

A pesquisa tem por objetivo analisar as estratégias das políticas públicas e ambientais em ação nas periferias do extremo sul da cidade de São Paulo, mais precisamente nos distritos de Parelheiros, Marsilac e Ilha do Bororé. Por se tratarem de distritos que fazem parte dos mananciais da região metropolitana da cidade de São Paulo e estão inseridos em áreas de preservação, estão submetidos às leis de proteção ambiental. Considerando que a região do extremo da zona sul ainda é conhecida por seus baixos índices de escolaridade, altos índices de violência, pobreza, ocupações irregulares, e sua construção histórica está baseada no processo de reprodução do espaço urbano, nota-se muitas problemáticas no território: ao mesmo tempo em que possui informalidade e precariedade habitacional e urbana, é apontado por suas “potencialidades” turísticas. Nesse sentido, desde 2014 quando agentes públicos junto ao empresariado local determinaram essa área como Polo de Ecoturismo de São Paulo, alguns projetos e políticas vêm sendo desenvolvidos a fim de tornar a localidade um novo destino para exploração do turismo. Diante dessa realidade, essa pesquisa busca compreender quais são essas políticas, para quem estão sendo pensadas, quais os desafios e oportunidades presentes para a realização do turismo nessa região e busca propor possíveis estratégias e direcionamentos.

Palavras-chave: desenvolvimento local, Parelheiros, polo de ecoturismo, áreas de preservação.

ABSTRACT

The purpose of the research is to analyze the content of environmental policies in action in the outskirts of geographical south end of São Paulo, more precisely in the Parelheiros and Marsilac districts and Ilha do Bororé. The districts are part of the watersheds of metropolitan area of São Paulo and are inserted in preservation areas, also are subject to environmental protection laws. Since the extreme area of the southern zone is still known for its low levels of schooling, high rates of violence, poverty, irregular occupations, and its historical construction is based on the process of reproduction of urban space, there are many problems in the territory. : at the same time that it has informality and housing and urban precariousness, it is highlighted by its tourist “potential”. Since 2014 when public agents, local community and entrepreneurs determined this area as the São Paulo Ecotourism Pole, some projects and policies have been developed in order to make the locality a new destination for tourism exploration. Given this reality, the purpose of the research to understand what these policies are, for whom they are being designed, what are the challenges and opportunities present for tourism in this area and seeks to propose possible strategies and possible ways.

Keywords: local development, Parelheiros, ecotourism pole, enviromental protection area.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Categorias das Unidades de Conservação	21
Figura 2 - Mapa das APAs e seus atrativos	23
Figura 3 - Mapa do Polo de Ecoturismo de São Paulo	26
Figura 4 - Mapa Regiões, Subprefeituras e Distritos – Municípios de São Paulo	37
Figura 5 - Mapa da expansão urbana no extremo sul	42
Figura 6 - Índice de Vulnerabilidade Juvenil	44
Figura 7 - Equipamentos esportivos e de lazer.....	47
Figura 8 - Tempo médio gasto nas viagens ao trabalho em transporte público, por distritos ..	51
Figura 9 - Equipamentos públicos de cultura, por distritos	52

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Crescimento populacional Parelheiros e Marsilac.....	41
Tabela 2- Índice de Vulnerabilidade Juvenil, 2000.....	45
Tabela 3 – Indicador Proporção de Domicílios não conectados a rede geral de água – Distritos zona sul.....	46
Tabela 4 – Indicador Proporção de Domicílios não conectados a rede geral de esgoto.....	47

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AMTECI – Associação de Micropousadas, Turismo, Eventos e Indústrias de Parelheiros

APA – Área de Proteção Ambiental

COMTUR – Conselho Municipal de Turismo

CONGETUR – Conselho Gestor de Turismo do Polo de Ecoturismo de São Paulo

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

EMBRATUR – Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

MTUR – Ministério do Turismo

OMT – Organização Mundial do Turismo

PAT – Posto de Apoio ao Turista

PDTS – Plano de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Polo de Ecoturismo de São Paulo

PNMA – Política Nacional do Meio Ambiente

PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo

PNT – Política Nacional de Turismo

PRT – Programa de Regionalização do Turismo

RMSP – Região Metropolitana de São Paulo

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente

SNT – Sistema Nacional de Turismo

SNUC – Sistema Nacional de Unidade de Conservação

SPTURIS – São Paulo Turismo

SVMA – Secretaria do Verde e Meio Ambiente

TBC – Turismo de Base Comunitária

UC – Unidade de Conservação

Sumário

1	Introdução	9
2	Políticas de Turismo no Brasil.....	12
2.2	Políticas de Turismo local no Polo de Ecoturismo	16
3	Unidades de Conservação: Áreas de Proteção Ambiental.....	19
3.1	O Polo de Ecoturismo de São Paulo	25
3.2	Principais atores do Polo e suas perspectivas	28
3.3	Fatores que influenciam o fluxo de visitação no Polo.....	31
3.4	Turismo de Base Comunitária como possibilidade de desenvolvimento	35
4	Breve histórico do extremo sul de São Paulo: área rural e expansão urbana	37
5	Comunidade local e áreas de lazer no extremo sul de São Paulo...	49
6	Considerações finais	57
7	Referências.....	59

1 Introdução

A Região Metropolitana de São Paulo é composta por 39 municípios¹ e é delimitando uma porção do extremo sul desse território² que essa pesquisa pretende apresentar e analisar. Distante do centro urbano da capital, em uma área considerada patrimônio ambiental com extensa porção de mata atlântica, estão os distritos de Parelheiros, Marsilac e Grajaú, mais precisamente a Ilha do Bororé. Esses distritos estão dentro de duas Áreas de Proteção Ambiental e atualmente compõem o chamado Polo de Ecoturismo de São Paulo. Situado à cerca de 40km do marco zero da cidade de São Paulo, as delimitações geográficas do Polo são: ao norte estão os distritos de Santo Amaro, Cidade Ademar e M'Boi Mirim, a oeste estão os municípios de Embu-Guaçu, Juquitiba e São Lourenço da Serra, a leste São Bernardo do Campo e Diadema e ao sul está a Região Administrativa da Baixada Santista, composta por Itanhaém, Mongaguá e Praia Grande.

O extremo sul da capital, assim como outros locais, tem sua formação histórica e social a partir dos desdobramentos da reprodução da metrópole, e foi após a segunda metade do século XX que resultaram nas transformações dessas áreas de mananciais e no adensamento populacional ao longo dos anos. Por se tratar de uma região de preservação, está submetida às leis ambientais, ao mesmo tempo em que há o conflito entre as ocupações e moradias irregulares; e mais recente o espaço passa por uma nova disputa com a possibilidade do desenvolvimento do turismo local. Após pesquisas e possíveis projetos para desenvolver esse lado da cidade, que possui uma grande porção de áreas verdes e ainda preservadas, estabeleceu-se o ecoturismo³ como uma possibilidade para alavancar as potencialidades da região e se tornar um destino procurado para lazer na natureza. De acordo com o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Polo de Ecoturismo de São Paulo de 2017, o Polo foi criado com o objetivo de promover a preservação ambiental da região, utilizando-se do ecoturismo como fator de desenvolvimento econômico e social de maneira sustentável. Para compor sua

¹ Dados CETESB-SP, acessado em: <https://cetesb.sp.gov.br/licenciamentoambiental/licenca-previa-documentacao-necessaria/municipios-que-fazem-parte-regiao-metropolitana-de-sao-paulo/>.

² Entende-se nessa pesquisa, território “como forma de realização das práticas humanas, das quais as interações interpessoais podem ser ampliadas através do compartilhamento entre turistas, moradores e natureza (SANTOS, 2021).

³ De acordo com Ceballos-Lascurain (apud PELLEGRINI FILHO, 1993, p. 138), “o ecoturismo consiste em viagens “por áreas naturais não degradadas ou não poluídas, com o objetivo específico de estudar, admirar e fruir a paisagem e suas plantas e animais, tanto quanto manifestações culturais (do passado e do presente) encontradas nessas áreas”.

oferta, estimular e ordenar a atividade turística na região foram levantados os potenciais atrativos⁴, equipamentos e serviços de cada localidade que o compõe.

Com a implantação das leis ambientais que inseriram esses distritos dentro de Áreas de Proteção Ambiental em 1975 e, a partir de 2014, os incorporou ao Polo de Ecoturismo de São Paulo, alguns projetos vêm sendo desenvolvidos pelo poder público juntamente com empresários locais a fim de tornar a localidade um novo destino para exploração do turismo. Assim, delineou-se como problemas de pesquisa: Quais são esses projetos e para quem estão sendo planejados? Qual o público quem atingir com o desenvolvimento do ecoturismo e empreendedorismo na região? E onde entra a comunidade local nas políticas públicas desenhadas para a região? Tem-se como objetivo geral, analisar como as estruturas do turismo se relacionam com o contexto atual da periferia do extremo sul de São Paulo. Enquanto objetivos específicos: 1) Caracterizar a região, suas ofertas e atrativos; 2) Identificar como é articulado e apropriado o turismo local; 3) Compreender as políticas em ação e quais impactos ocorrem a partir da atual estrutura do turismo; 4) Tentar levantar possíveis soluções a partir da compreensão da análise inicial. Para propor uma análise acerca do contexto em que está inserido o Polo, quais as políticas públicas e ações em andamento, foram levantadas informações secundárias através de materiais elaborados pela prefeitura do município de São Paulo e instituições de planejamento e gestão turísticas, além de análise de produções acadêmicas que envolvem a temática. A partir desta análise e da coleta de informações primárias por meio de conversas com gestores públicos do Polo, instituições, empreendedores locais, associações com o turismo no extremo sul do município e possíveis demandas potenciais, buscou-se analisar as políticas e ações que permeiam esse território e quais os objetivos em desenvolver o turismo nessa localidade negligenciada pelo poder público.

As motivações pessoais da autora, que é moradora de um dos distritos abordados, foram o grande motor para iniciar essa pesquisa e tentar entender a dinâmica presente nesses locais. Entender porque muitos moradores do extremo sul e do entorno não conhecem esses “atrativos” elencados pelo Polo, porque essa região que tem tanto de natureza, biodiversidade, patrimônios históricos, culturais e naturais ainda não recebe um fluxo mínimo de visitantes em relação a outros destinos semelhantes e para quem está sendo estruturado esse novo destino de natureza com “ares de interior”. Assim, buscou-se informações através de fontes bibliográficas relacionadas ao tema e estudos anteriores sobre a região estudada.

⁴ De acordo com o Ministério do Turismo: constitui o componente principal e mais importante do produto turístico, pois determina a seleção, por parte do turista, do local de destino de uma viagem, ou seja, gere uma corrente turística até a localidade.

Os referenciais teóricos utilizados como fontes principais foram: a dissertação de mestrado “A produção da natureza na reprodução da metrópole: o caso de Parelheiros e Marsilac, extremo da zona sul da cidade de São Paulo”, de Leia Chrif de Almeida de 2018, o Plano de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Polo de Ecoturismo de São Paulo de 2017, dois materiais elaborados e publicados no mesmo ano pela Prefeitura de São Paulo, por meio da São Paulo Turismo e da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, Instituto Kairós-Ética e Atuação Responsável – o Roteiro Temático do Polo de Ecoturismo de São Paulo e o Guia de Ecoturismo e Agroecologia no extremo sul de São Paulo. E como fontes secundárias, foram utilizados sites da Prefeitura e Subprefeituras de São Paulo, Planos de Manejo das APAs Capivari-Monos e Bororé-Colônia, Plano Regional de Parelheiros, Plano Diretor de São Paulo, e sites dos órgãos públicos de Turismo e do Meio Ambiente. Além de conversas com gestores do Conselho Gestor do Polo Ecoturismo de São Paulo (Congetur), comunidade local, potenciais visitantes, visita ao PAT (Posto de Atendimento ao Turista localizado em Parelheiros), entre outros atores envolvidos que são beneficiados ou não pela atividade no local.

Dessa forma, essa pesquisa está estruturada em 6 capítulos que tentam abordar de forma resumida e objetiva algumas questões pertinentes ao tema e que podem ajudar a elucidar o leitor sobre o que é esse território e qual sua atual realidade em relação as políticas de turismo em ação.

Assim, o capítulo 1 desse trabalho traz uma pequena introdução do que se trata o tema e como foi elaborada a pesquisa, apresentando um pouco das características da região e dando um panorama geral do que será abordado durante o presente trabalho. No capítulo 2, temos a abordagem das políticas de turismo no Brasil, quando surgiram e quais seus desdobramentos. Para se entender as políticas atuais é preciso voltar ao início de quando foram elaboradas, pois estas têm origens e desdobramentos que impactam no modo de como é organizado a vida pública. No capítulo 3, falaremos sobre a criação das Unidades de Conservação no Brasil, quando foram criadas e seus objetivos, dando ênfase as APAs, pois estas serão a peça fundamental para entender as políticas ambientais no Polo; falaremos também sobre a criação do Polo, principais atores de gestão e suas perspectivas; e quais os fatores que influenciam o fluxo de visitação nesse local. No capítulo 4 será abordado um breve histórico da região estudada apresentando ao leitor suas origens e quais outros fatores presentes implícitos ou não que também impactam essa localidade. O capítulo 5 aborda um pouco da realidade desses distritos e sua relação com a comunidade local, mostrando a relação desses e de pessoas do entorno com a estrutura do Polo; as políticas para inclusão e qualidade de vida da

comunidade; locais de lazer no extremo sul de São Paulo e outras possibilidades de turismo e ações que podem impactar positivamente o local se planejadas e implantadas de maneira sustentável.

Reunindo essas informações, o sexto e último capítulo faz um apanhado geral sobre a situação atual e tenta por meio da visão da autora propor projetos de turismo e políticas sociais que podem vir a ajudar a promover esse novo destino enquanto segmento de natureza, ao mesmo tempo tentar direcionar o olhar para uma outra forma de planejamento do turismo que seja realmente inclusivo e sustentável, compactuando com as premissas de preservação ambiental aliada ao desenvolvimento social, cultural e econômico da região.

2 Políticas de Turismo no Brasil

Considerando o turismo enquanto prática social (CRUZ, 2006), pode se dizer que sua natureza remonta desde os primeiros deslocamentos humanos no espaço geográfico, com objetivos e motivações perecidos com as que conhecemos atualmente. As pessoas se deslocavam para regiões fora de seu espaço habitual com motivações comerciais, para troca ou compra de mercadorias, peregrinações religiosas, fuga de guerras e outras situações de perigo, em busca de novos locais para moradia (como muitos povos nômades), conquistar territórios, para lazer e entretenimento, enfim, as pessoas sempre se locomoveram pelo espaço geográfico, porém não se tinha estabelecido essa movimentação enquanto prática de turismo (REJOWSKI, 2002). A comercialização das viagens como conhecemos atualmente se consolidou após século XIX, a partir das mudanças entre produção e a relação com o trabalho.

O conceito de turismo é algo complexo e ainda em construção, uma vez que existem variáveis a ser consideradas para definir exatamente sua natureza. Alguns autores consideram o turismo como fenômeno, outros como indústria e relações econômicas e outros como atividade inerente da sociabilidade humana. Para Fuster:

Turismo é, de um lado, conjunto de turistas; do outro, os fenômenos e as relações que esta massa produz em consequência de suas viagens. Turismo é todo o equipamento receptivo de hotéis, agências de viagens, transportes, espetáculos, guias-intérpretes que o núcleo deve habilitar, para atender às correntes [...]. Turismo é o conjunto das organizações privadas ou públicas que surgem, para fomentar a infra-estrutura e a expansão do núcleo, as campanhas de propaganda [...]. Também, são os efeitos negativos ou positivos que se produzem nas populações receptoras (FUSTER, 1974, p. 29).

Mas tanto Fuster como De La Torre partem de premissas deterministas para conceituar o Turismo:

O Turismo é um fenômeno social, que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural (DE LA TORRE, 1992, p. 19).

O conceito de Turismo segundo a Organização Mundial de Turismo - OMT (1992, p.19): “Soma de relações e de serviços resultantes de um câmbio de residência temporária e voluntária motivada por razões alheias a negócios ou profissionais”. Pode-se interpretar esse conceito mais como uma relação econômica, mas que não ignora a social.

Mais precisamente pós Segunda Guerra Mundial e queda do muro de Berlim, as relações sociais tomam outro rumo e as transposições de fronteiras passam a ser a motivação das pessoas. Os adventos das novas tecnologias, avanço dos meios de transportes e comunicações formam o conjunto da globalização no mundo mudando o modo de se relacionar com os territórios. No Brasil, o turismo enquanto atividade de massa, começa a aparecer timidamente no período entre as duas grandes guerras mundiais, com a criação e uso de espaços privados pelas classes mais abastadas. Entre os anos de 50 e 70 do século XX, o “desenvolvimentismo” econômico no governo JK fez com que o país passasse por inúmeras transformações políticas e estruturais, marcados por grandes obras públicas federais e pelos Planos de Desenvolvimento que pensavam o território nacional na sua totalidade. O avanço do neoliberalismo em escala global, juntamente com os desdobramentos da política de desenvolvimento a qualquer preço somado ao progresso tecnológico trouxeram inúmeros impactos, como o desemprego estrutural no final do século XX. A geração de emprego e renda torna-se um desafio no final desse período e início do século XXI, além disso, surge em escala planetária, a emergência das questões ambientais, fruto do crescimento desenfreado do capitalismo e seus impactos sobre os espaços físico-sociais e ambientais.

Diante desse cenário, vê-se necessário a troca do “desenvolvimento econômico” pelo “desenvolvimento sustentável”, pelo menos no plano dos discursos, e as políticas ambientais tomam força. De acordo com Cruz (2006), as políticas públicas de turismo no país são um fiel retrato deste contexto político-ideológico mundial, incorporando em seu discurso e em suas

práticas claros elementos denotadores desta mudança de paradigma. Se antes as ações eram voltadas para organização e fiscalização dos serviços turísticos internos e externos bem como a propaganda no exterior (GOULART, 1990 apud SANTOS FILHO, 2008), agora o discurso ambientalista vira o foco das ações dos governos e se voltam para um segmento de produção e consumo dos espaços mais “sustentável” ou que gere menos impacto.

Foi a partir do final da década de 80 e início de 90 do século XX que as políticas mundiais se voltaram para a exploração do território, pregando a consciência ambiental nos consumidores e agentes de mercado. Influenciados pelo movimento estadunidense de conservação e preservação dos espaços naturais, as autoridades nacionais começam a olhar para os territórios como fonte de exploração e direcionar quais espaços são passíveis de desenvolvimento e atratividade externa. Assim, o nordeste do país foi o primeiro espaço voltado para ações públicas do governo, pois suas características singulares se destacavam de outras localidades e destinos já visitados no Brasil e no mundo. Também nesse mesmo período, o cenário político brasileiro foi fator importante para o desenvolvimento das políticas de turismo. Considerando o contexto pós-redemocratização e a influência do neoliberalismo econômico as ações do governo foram voltadas para atrair investimentos, investidores, melhorar infraestruturas e mudar a imagem do país.

Até a década de 40, o turismo esteve a cargo do DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda por meio da Divisão de Turismo. Posteriormente, esteve vinculado a diversos órgãos no âmbito público federal até a criação do Sistema Nacional de Turismo em 1966 que instituiu a EMBRATUR e o CNTur – Conselho Nacional de Turismo. De 1966 a 1992, apesar de várias ações terem sido realizadas, nenhuma outra política foi estabelecida por meio de diplomas legais até a homologação do Decreto-Lei 448, de 14 de fevereiro de 1992 (FRATUCCI; TRENTIN, 2011). A PNT – Política Nacional de Turismo é implantada em 1992 no governo de Fernando Henrique Cardoso, no mesmo momento da implantação do Plano Real (1993-1994) que deu estabilidade e possibilitou o crescimento e desenvolvimento do país. Em 1994 também foi institucionalizado o PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo- concebido para dinamizar o desenvolvimento da atividade turística em âmbito municipal.

Assim, a Política Nacional de Turismo – PNT (1996 – 1999) foi regida tanto pela lógica neoliberal de atração de investimentos como pelo discurso da participação da sociedade. O Programa de Municipalização do Turismo - PNMT e a PNT apresentaram-se dentro de uma concepção de descentralização utilizando-se das

formas de participação cidadã previstas na Constituição de 1988. A PNT abarcou ainda, o discurso da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável, influenciada pela ECO-92 que fora realizada no Rio de Janeiro (FRATUCCI; TRENTIN, 2011, p.840).

No início dos anos 2000, já no governo Lula, é criado o MTur – Ministério do Turismo (2003) e implantado o Plano Nacional do Turismo no mesmo ano (2003-2007). Notam-se a emergência de ações e políticas voltadas ao turismo em pouco tempo, revelando-se como estratégias recentes no país. A partir do PNT outras políticas surgiram com objetivos de atingir outros âmbitos e ordenar novas estratégias que descentralizaria o federal atuando de forma mais efetiva nas localidades. Como foi o caso do Programa de Regionalização do Turismo – PRT, derivado do PNMT, que integrou o PNT de 2003-2007 e de 2007-2010.

Enquanto o PNMT estabelecia a administração e ordenamento das políticas e ações de turismo em âmbito municipal, considerando que os limites político-administrativos dos municípios brasileiros seriam o recorte territorial mais adequado para a definição e implantação das políticas de desenvolvimento do setor. A inversão dos sentidos nos processos decisórios da gestão do turismo brasileiro saía do sentido federal para o municipal e entrava no sentido municipal para o federal com objetivo de fomento e desenvolvimento sustentável dos municípios, atingindo os agentes locais e estimulando o fortalecimento das relações dos poderes públicos locais incluindo as comunidades nos processos de decisão. Esse programa foi fundamental para as articulações de pequenas localidades e a formação de Conselhos Gestores Municipais. Esse modelo de gestão propiciou um maior engajamento e estruturação local, contribuindo para a formação de conselhos e consórcios regionais, a integração entre público e privado, a capacitação, profissionalização e requalificação da mão de obra envolvida diretamente no setor, porém a dificuldade para a continuidade do processo de gestão desse modelo relacionava-se com sua área de atuação. No decorrer do processo, a escala municipal revelou-se equivocada na medida em que o turismo, tanto do ponto de vista do fenômeno socioespacial quanto da atividade econômica, não se restringe às fronteiras municipais (FRATUCCI; TRENTIN, 2011).

O PRT surgiu como proposta e modelo de gestão em escala regional, unindo regiões com características e potencialidades similares, trabalhando de forma integrada, estimulando a criação de novos produtos turísticos diversificados e interiorizando a atividade no país. Uma das propostas desse programa era ampliar a oferta turística, criando roteiros e produtos regionais, além de sugerir o envolvimento de praticamente todos os agentes sociais

envolvidos com o turismo. Diante dessa última proposta, percebeu-se que a falta de interação entre os agentes é o ponto crítico desse modelo de gestão e essa é necessária para o sucesso dos resultados desejados.

Os projetos e projeções das políticas de turismo no país são historicamente recentes e as estratégias e ações implantadas são necessárias para entender os tipos de gestão nos diferentes âmbitos, seja nacional, regional ou municipal. Os resultados das políticas nacionais impactam diretamente os territórios e por sua vez traduzem os objetivos dos diferentes agentes atuantes.

2.2 Políticas de Turismo local no Polo de Ecoturismo

A fim de direcionar as possíveis estratégias para a administração dos espaços, as políticas públicas desenham e apontam as diretrizes e objetivos desejados. As políticas de turismo vêm no sentido de ordenar o espaço que se pretende explorar, explicitando ou não, para quem e por quem esses espaços serão utilizados. Conforme abordado no capítulo anterior, as políticas podem se movimentar no âmbito das relações e esferas governamentais, em sentido vertical de cima para baixo; e as demandas, em sentido contrário, partindo do local para o nacional, podendo ser articuladas em sentido horizontal, compartilhando e conectando com as proximidades.

Trazendo para o contexto do Polo de Ecoturismo estudado na pesquisa, verificam-se alguns agentes presentes nas estratégias de políticas públicas nesse território, sejam eles do setor público, privado ou sociedade civil. Para elucidar e aprofundar o leitor no panorama do espaço estudado nessa pesquisa, os próximos capítulos tratam de apresentar e caracterizar a área delimitada como Polo de Ecoturismo de São Paulo. Nesse capítulo abordaremos em uma visão ampla e macro as políticas e ações vigentes e como elas se desdobram na prática.

Considerando que o Polo encontra-se inserido dentro de uma Unidade de Conservação, essa localidade está sob normas e diretrizes que definem seu uso, gestão e manutenção. Desde os anos 2000 quando foi instituído no Brasil o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, as áreas e/ou territórios inseridos dentro dessas UCs tem suas diretrizes e políticas de preservação próprias partindo de seus planos de gestão. As políticas públicas ambientais no Brasil são integradas pelo SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente, conjunto de órgãos públicos responsáveis pela proteção ambiental no país. Sendo o Ministério do Meio Ambiente (MMA) o órgão central que elabora, aplica e supervisiona as normas ambientais em conjunto com os órgãos executores: ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos

Recursos Naturais Renováveis. Todos atuam em conjunto para a execução da lei de Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), uma série de artigos que definem conceitos básicos sobre o meio ambiente e dispõem diretrizes e objetivos a serem seguidos por todos os órgãos responsáveis pela proteção ambiental no país.

Abaixo desses, encontram-se os órgãos seccionais e os locais que têm poderes em seus respectivos territórios para executar programas e projetos, fiscalizar e controlar as atividades capazes de provocar a degradação ambiental. As estratégias e movimentações no âmbito nacional se refletem nos modelos regionais, municipais e locais, dessa forma os planos e políticas estabelecidas pelo Governo se tornam parâmetros e diretrizes nas criações de planos e projetos nas esferas de administração em menor escala.

É na esfera local que amplificaremos o panorama político administrativo da região sul do município de São Paulo, mais precisamente a que compõe o Polo de Ecoturismo. As leis e políticas ambientais dessa localidade são o fator principal no que tange as estratégias e ações de desenvolvimento local. Administrados pela Subprefeitura de Parelheiros e Subprefeitura da Capela do Socorro, os distritos inseridos no Polo estão sob jurisdição pública desses órgãos, criadas com o intuito de abrir um canal mais próximo e direto entre a administração municipal e população local. Tornando, assim, mais democrática e descentralizada a gestão pública em São Paulo. As diretrizes e políticas para o ordenamento e desenvolvimento do território partem do sentido federal para o municipal e retornam com as demandas também do sentido municipal para o governamental e desse para o federal.

A administração pública municipal funciona em conjunto com secretarias, órgãos autônomos, fundações, autarquias e empresas, cada um exercendo suas funções e atribuições para garantir o desenvolvimento da região. Para o ordenamento do extremo sul de São Paulo, o governo do Estado tem como esfera menor de administração a Prefeitura de São Paulo e essa por sua vez conta com o apoio das subprefeituras de cada município. No plano das ações que permeiam o desenvolvimento do território como um todo, a Política de Desenvolvimento Urbano, o Sistema de Planejamento Urbano e Plano Diretor Estratégico são instrumentos de administração pública necessários para gerir essa região. Dentro das subprefeituras de cada região, secretarias e outros órgãos trabalham em conjunto para promoverem as políticas determinadas por esses instrumentos.

No que se refere ao Polo, por ser um patrimônio ambiental, a Secretaria do Verde e Meio Ambiente é a responsável pela criação e planejamento das políticas para essa localidade. O Plano de Manejo da APA Capivari-Monos implantado em 2011, descreve o território e suas atribuições e dá as diretrizes para o uso e ocupação do solo e para as atividades que podem ser

desenvolvidas nessa UC. Nos objetivos para criação das UCs já estava implícito o interesse de se desenvolver a atividade turística nessas áreas assim como já acontecia em outras regiões semelhantes, pois a premissa é que além de “proteger” os bens materiais e de uso coletivo, como os mananciais, ainda se protegia a natureza para aproveitamento do lazer. As sobreposições e os estreitamentos das relações intersetoriais de cada secretaria e instituição atuantes para “zelar” pelas áreas verdes e desenvolver de maneira sustentável o território é expressa até hoje.

Desde a criação das APAs Capivari-Monos (2001) e Bororé-Colônia (2006) e mais recentemente, a criação do Polo de Ecoturismo (2014), essa região tem recebido fomentos e incentivos para desenvolver a atividade turística relacionando seus atrativos, serviços e equipamentos existentes e criando novos. A elaboração de um calendário de eventos anual para divulgação de roteiros e festas tradicionais nos bairros, a implantação de placas de sinalização turísticas nas vias e a abertura de um Centro de Atendimento ao Turista (CAT), foram algumas das ações colocadas em prática nos últimos anos nessa região.

Com a parceria entre prefeitura, SEBRAE-SP e empresários locais têm se articulado uma série de instrumentos e ferramentas visando o desenvolvimento do Polo, como: a capacitação da mão de obra local, com cursos, programas e projetos de turismo, articulação com outros agentes públicos e secretarias de diversos segmentos, reuniões e encontros com órgãos públicos e a implantação de um programa de planejamento, envolvendo diversos atores e delegando ações para cada um. Os empresários locais têm apostado no turismo enquanto vetor de desenvolvimento para a região e têm melhorado as infraestruturas de seus equipamentos e serviços. A articulação desses com os órgãos públicos, secretarias e outras instituições tem se reunido regularmente e estabelecidos planos de ação para melhoria nos bairros que compõem o Polo e seu entorno. A Secretaria Municipal de Turismo tem trabalhado juntamente com a SPTuris na elaboração de roteiros e divulgação dos atrativos do Polo tanto localmente quanto nas áreas centrais da cidade de São Paulo. A elaboração de um plano de desenvolvimento para o Polo mostra o quanto essa região está sob os olhos dos gestores públicos quanto da iniciativa privada.

Dessa maneira, nota-se certa movimentação nesse espaço e ao mesmo tempo em que os planos regionais e estaduais apontam para as necessidades e potencialidades do extremo sul de São Paulo, ainda permeiam os problemas sociais e econômicos presentes desde a construção desse lado da cidade. Um dos objetivos dessa pesquisa é entender para quem esse espaço está sendo pensado e se os planos e ações vigentes estão considerando uma gestão

realmente participativa e inclusiva. Nos próximos capítulos abordaremos mais a fundo as características do Polo de Ecoturismo de São Paulo.

3 Unidades de Conservação: Áreas de Proteção Ambiental

Se olharmos para os espaços e recursos naturais agrupados dentro de tipologias como: parques, florestas, reservas, estações ecológicas, refúgios, e concluirmos que esses locais desde sempre foram agrupados dessa forma, é por que anterior a essa visão não tínhamos a ciência de como eles surgiram. A ideologia preservacionista e a criação dessas áreas partem do modelo estadunidense do século XIX, baseado na visão do homem como destruidor da natureza⁵.

As bases ideológicas para o conceito de preservação norte americano surgiram de movimentos políticos e sociais, enquanto naturalistas acreditavam que a única maneira de se conservar a natureza era afastando-a do homem, pois este era o maior predador das áreas naturais, sendo necessária a criação de locais onde não houvesse a interferência e presença humana. Assim surgiu a noção de parques, unidades e /ou porções de territórios naturais não habitados por humanos, existindo apenas a vida natural, a natureza intocada⁶.

Essa concepção de que o homem é o destruidor da natureza, baseia-se nas consequências dos avanços do capitalismo sobre o Oeste selvagem, nos efeitos da mineração sobre rios e lagos americanos (DIEGUES, 1996). De acordo com o autor, a sociedade estadunidense começou a se dar conta de que o desenvolvimento urbano-industrial estava afetando o modo de vida natural e social, mas não apontando o que realmente causava esse efeito. Dessa forma conceberam a ideia da criação do primeiro parque nacional do mundo, Yellowstone, em 1872. A partir da ideia de criação do parque, que desconsiderou a população indígena que já habitava o local, e que uma parcela dessa população já havia sido dizimada por conta da invasão para o Oeste pelos colonos, foi delimitada uma enorme área natural com o discurso de proteção e conservação. Esse modelo foi implementado nos países de terceiro mundo e segue ainda hoje, por meio de leis.

Ao longo dos últimos anos, inúmeros eventos cuja temática central é sobre meio ambiente surgiram e essa questão virou pauta de reuniões globais para discutirem o “futuro”

⁵ O conceito de natureza enquanto conjunto de elementos do mundo natural, que não inclui as obras e consequências das atividades humanas.

⁶ Nesse mito moderno, ou neomito, elementos nos reportam à “ideia do paraíso perdido, da beleza primitiva da natureza anterior à intervenção humana, da exuberância do mundo natural que leva o homem urbanizado a apreciar o belo, o harmonioso, a paz interior proveniente da admiração da paisagem intocada” (DIEGUES, 1996, p. 59).

das novas gerações. A importação desse modelo e ideologia para os países de terceiro mundo desconsideraram desde as particularidades dos territórios e suas infinitas disparidades. No Brasil, esse modelo desconsiderou as populações das florestas que viviam e convivem concomitantemente com a natureza desde seus antepassados, que tem seu modo de vida e cultura totalmente ligados ao meio natural. Estabelecendo uma relação de poder entre Estado e sociedade que define quais espaços serão utilizados para tais atividades, nota-se que a implementação e absorção desse tipo de modelo e ideologia determinam a relação homem-natureza⁷ e acima de tudo expulsam, dizimam, afastam e desvalorizam as populações tradicionais e seus saberes.

A partir do breve contexto acerca do surgimento do movimento para a criação e noção de áreas protegidas, percebe-se ao longo do tempo a visão e relação homem-natureza. Considerando o contexto de criação dessas áreas naturais e sua efetiva importância para a vida terrestre, não cabe nessa pesquisa se aprofundar no assunto. Sabe-se que a natureza, enquanto meio ambiente composto por vidas além da humana, é essencial para a manutenção e equilíbrio da biosfera terrestre.

Se ao longo da história humana cada cultura⁸ tinha uma relação com os espaços naturais e outros seres vivos, vemos no início do século XIX o “nascimento” de questões socioambientais e que irão se desdobrar nos anos seguintes chegando ao que conhecemos hoje. De acordo com Diegues:

“OS ANOS 60, portanto, marcaram o aparecimento de um novo ecologismo em contraposição à antiga “proteção da natureza”, cujas instituições provinham do século XIX (sociedades de proteção da natureza, da vida selvagem, dos animais etc.). Esse novo ecologismo provinha de um movimento de ativistas que partiam de uma crítica da sociedade tecnológico-industrial (tanto capitalista quanto socialista), cerceadora das liberdades individuais, homogeneizadora das culturas e, sobretudo, destruidora da natureza. A preocupação fundamental da maioria desse movimento, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, não era a proteção de uma única espécie de animal ou de um parque nacional isoladamente.” (DIEGUES, 1996).

Após os anos 60, período precedido pelas duas grandes guerras mundiais, guerras civis, avanço tecnológico e globalização mundial, as pautas ambientais entraram nas agendas de chefes de estado do mundo inteiro. A participação popular em prol das defesas do meio

⁷ Em seu livro “Ideias para adiar o fim do mundo (2019)”, Ailton Krenak exemplifica a relação humana atual com a natureza e diferença de relação entre os povos originários e a natureza.

⁸ Trataremos aqui de cultura a partir do conceito de relações sociais particulares e distintas de cada território, visão social e antropológica de cada território.

ambiente tomaram forças com o surgimento de Organizações não governamentais (ONG's) e engajamento de ativistas. Alguns eventos foram definidores para as origens das políticas de conservação como a Conferência de Estocolmo, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (conhecida como Eco 92), realizada em 1992 no Rio de Janeiro e tiveram como objetivo discutir as políticas ambientais mundiais e os rumos que cada país deveria seguir para se enquadrar nos parâmetros aceitáveis de sustentabilidade. No Brasil, desde o final da década de 60 até início de 80 já havia expressiva legislação ambiental norteadora. Em 1965 já havia um Código Florestal em vigor, posteriormente substituído; leis de proteção a fauna e flora; criação da Secretaria do Meio Ambiente; Fundação Nacional do Índio (FUNAI), entre outras instituições e ações nesse sentido.

Dentro do panorama da extensão dessas políticas no Brasil chegamos à criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação no Brasil. A Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, instituiu e estabeleceu critérios e normas para a criação, implantação e gestão das UC. De acordo com o documento, entende-se por Unidades de Conservação:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000, Art.2º).

De acordo com o site do Ministério do Meio Ambiente, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) corresponde ao conjunto de Unidades de Conservação (UC) federais, estaduais e municipais. As UC estão organizadas em dois grupos: Unidades de Proteção Integral - com a finalidade de preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos recursos naturais, por esse motivo as regras e normas são restritivas. E as Unidades de Uso Sustentável - concilia a conservação da natureza com o uso sustentável de parte dos recursos naturais (BRASIL, 2000).

Figura 1 - Categorias das Unidades de Conservação



Fonte:

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/unid_de_conservacao/index.php?p=3339

As UCs foram agrupadas e denominadas a partir de suas características especiais e de acordo com suas importâncias ecológicas. No caso das Áreas de Proteção Ambiental, são UCs de Uso Sustentável, dotadas de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. As APAs são compostas por áreas públicas e privadas.

No território onde está localizado o Polo e Ecoturismo de São Paulo e os distritos de Parelheiros, Marsilac e a Ilha do Bororé, verifica-se que praticamente toda sua delimitação está dentro de uma APA, além das sobreposições existentes. Os atrativos naturais do Polo estão dentro de nove Unidades de Conservação e possui ainda uma Terra Indígena, considerada área protegida. De acordo com o PDTs, o Polo possui uma área de 400 quilômetros quadrados, o que corresponde a aproximadamente 28% da área territorial da cidade de São Paulo e ainda, parte do seu território é considerado zona rural. E de acordo com

o site da Prefeitura de São Paulo, as duas APAs juntas têm mais de 30 mil hectares de áreas protegidas municipais. Compreendem as bacias hidrográficas: Guarapiranga e Billings, no caso da APA Bororé-Colônia e Guarapiranga, Billings e Capivari-Monos, no caso da APA Capivari-Monos.

Figura 2 - Mapa das APAs e seus atrativos



Fonte: <http://www.cidadedesapaulo.com/ecoturismo/?lang=pt>

As duas APA's Capivari-Monos e Bororé-Colônia que cobrem praticamente todo o território do extremo sul do município de São Paulo, foram criadas em 2001 e 2006, respectivamente, pós-promulgação da lei de UC no Brasil e simultaneamente às políticas ambientais promovidas em âmbito federal, estadual e regional. Os anos 2000 foram

propulsores de incentivos à criação de políticas públicas para o desenvolvimento do país. Os Planos de Desenvolvimento Regionais são norteadores e vetores das políticas públicas para as áreas onde são aplicadas. Nesse sentido, o Plano de Desenvolvimento Regional do município de São Paulo, norteou os planos para essa região. Em 2003, a partir da criação da primeira APA no extremo sul, alguns projetos começaram a surgir e seus atrativos singulares passaram a ser considerados uma opção para o desenvolvimento local e de atividades econômicas.

Anterior à criação do Polo já existiam projetos e especulações de como essa região poderia se desenvolver e quais atividades ajudariam nesse objetivo. Com parceria entre agentes públicos, setor privado e empresários da região, o Polo de Ecoturismo tomou forma e em 2014 foi criada a lei que o estabelecia. A riqueza natural e a importância ambiental da região justificaram a implantação e criação das APAs – importantes mananciais, fontes relevantes de abastecimento da metrópole. Um dos objetivos propostos na lei de criação da APA Capivari-Monos era: “Subsidiar as ações educativas para conservação, preservação e uso sustentável na APA Capivari-Monos, por meio de uma gestão participativa, de forma a promover a melhoria da qualidade de vida da população residente.”

De acordo com o objetivo de criação de áreas protegidas e que é reforçado nos planos de gestão das UCs, atividades de educação ambiental incluindo o lazer e o turismo surgem como possibilidades de desenvolvimento, preservação e manutenção desses patrimônios. É indispensável dizer que é possível à associação entre o uso consciente dos espaços naturais e atividades consumidoras dos recursos naturais, como é o caso do turismo. Para Santos:

O desafio, então é fazer com que a atividade turística maximize seus efeitos positivos sobre o meio natural, tarefa esta que encontra no planejamento sustentável a principal aliada para fazer com que turistas, operadores do trade turístico, o poder público e a comunidade em geral, tenham a sensibilidade e percepção ambiental necessárias para fazer do turismo uma atividade que valorize o meio ambiente. (SANTOS, 2021, p.15-23).

O turismo pode ser uma alternativa de desenvolvimento econômico e ajudar na preservação dos ambientes naturais, uma vez que uso dos territórios está diretamente ligado a essa atividade, porém, é necessário um planejamento que leve em consideração o caráter social e ambiental anterior ao econômico. No caso da realidade do extremo sul onde existe uma articulação para promover essa atividade dentro de unidades de conservação e que ainda permeiam questões estruturais socioambientais, nesse sentido, é primordial evitar atenuar os

impactos negativos e assim contribuir para a conservação ambiental e para o desenvolvimento das atividades humanas de modo sustentável.

3.1 O Polo de Ecoturismo de São Paulo

O Polo de Ecoturismo de São Paulo foi criado pela Lei Municipal 15.953 de 2014 com o objetivo de promover a preservação ambiental e fortalecer o ecoturismo como fator de desenvolvimento econômico e social de maneira sustentável (SPTuris, 2017).

Localizado no extremo sul do município é formado pelos distritos de Parelheiros e Marsilac e parte do Grajaú, mais especificamente o bairro conhecido por Ilha do Bororé. Distante do centro urbano tem ares de cidade do interior. De acordo com a SPTuris, possui parte do seu território caracterizado como zona rural pelo Plano Diretor Estratégico (PDE) da cidade de São Paulo (Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014) e está localizado dentro de duas APAs. As duas Áreas de Proteção Ambiental inseridas no Polo - Capivari-Monos e Bororé-Colônia - representam 1/5 do mapa paulistano, recoberto por quilômetros de Mata Atlântica intocada, rios e cachoeiras de águas límpidas.

A região possui grande patrimônio histórico como: igrejas, templos, construções, cemitérios e centros culturais que contam a história de sua formação inclusive a colonização por imigrantes, especialmente alemães e japoneses, que fizeram parte da colonização da capital paulista no início do século XX.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento de Turismo Sustentável:

“É um local surpreendente, que possui duas grandes áreas de proteção ambiental, cachoeiras, formações geológicas únicas, nascentes de rio, trilhas, parques naturais, agricultura orgânica, borboletário, aldeias indígenas e muito mais.” (SPTuris: 2017, p.11).

No que se refere a oferta turística presente no polo encontra-se atrativos naturais: nove Unidades de Conservação, sendo o Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Curucutu, cinco Parques Naturais Municipais, uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) e duas APAs. Há ainda a Terra Indígena Tenondé Porã, que é considerada uma área protegida além de cachoeiras, quedas d’água, rios, trilhas e mirantes.

De atrativos culturais têm-se desde manifestações culturais como o Sarauê, tipo de sarau cultural, os centros culturais, o Centro de Cultura Afrobrasileira Asé Ylê do Hozooane e a Casa do Rosário (no Centro Paulus), a presença da cultura indígena, entre outros.

A região possui também centros de religiosidade e espiritualidade como o Solo Sagrado de origem nipônica, o Mosteiro da Visitação no bairro Varginha, o Asé Ylê de Hozooane, igrejas católicas, como as do bairro do Colônia e Parelheiros. Além de locais de aprendizado e cultivo como o Borboletário Águias da Serra, o orquidário Sítio das Palmeiras e Ninhal das Garças. Sítios de agricultura de alimentos orgânicos de produtores locais, serviços de hospedagem, alimentação, locais para eventos, agências e operadores de atividades turísticas como a Selva SP, também compõem a oferta da região.

Figura 3 - Mapa do Polo de Ecoturismo de São Paulo



Fonte: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/apartes-antiores/revista-apartes/numero-6-marco-abril2014/selva-de-perto/>

Todo esse histórico da região fez com que as áreas que já eram de interesse ambiental, a partir da criação das APAs, tornara-se também de interesse turístico e econômico. De acordo com o plano de desenvolvimento, o Polo de Ecoturismo foi instituído com a proposta de preservação ambiental e articulação de suas potencialidades. Desde então vem crescendo as iniciativas das políticas públicas para o melhoramento dos equipamentos e entorno a fim de atender um público potencial interessado em turismo de natureza e lazer.

Porém, mesmo com todo o esforço da comunidade local, gestores e iniciativa privada, a região ainda é pouco conhecida, se comparada à outras localidades que possuem atrativos semelhantes, como o próprio Polo de Ecoturismo da Cantareira na zona norte de São Paulo. Sendo assim, esta pesquisa visa identificar e entender também quais fatores influenciam o

fluxo de visitação e compreender os desafios e oportunidades do Polo de Ecoturismo do município de São Paulo.

Algumas ações como, a elaboração de um plano de desenvolvimento turístico, roteiros e guias temáticos mostram o que a região têm de oferta para seus visitantes e a estruturação e mobilização de associações e empreendedores locais demonstram o interesse em ter seus empreendimentos inseridos nesses projetos.

Porém, o que se demonstra enquanto políticas de desenvolvimento, incluindo o turismo como vetor dessas iniciativas, é o lado econômico dessa atividade. Os projetos e discursos presentes estão mais preocupados na liquidez e rentabilidade que esse território pode vir a gerar, do que políticas sustentáveis que promovam realmente o desenvolvimento social e ambiental, uma vez se tratando de áreas de preservação.

Por outro lado, por se tratar de um espaço orbitado pelas leis ambientais, o Estado atuará reconfigurando normas de uso e ocupação do solo, de criação de parques, de fomento a atividades turísticas e de aplicações de projetos e ações que visam assegurar os aspectos físicos/ naturais destes lugares para o proveito econômico. (ALMEIDA, 2018, p.18).

Sendo assim, o desenvolvimento econômico pode e deve contribuir para a região, uma vez que os três distritos que integram o Polo encontram-se entre os piores desempenhos nos indicadores relacionados à educação, saúde, disponibilidade de equipamentos culturais, além dos indicadores de serviços essenciais como o abastecimento de água e coleta de esgoto encontrar-se abaixo da média municipal (SPTuris, 2017). Porém, atrelado às políticas econômicas, outras políticas precisam atuar em conjunto para uma gestão sustentável do destino.

Considerando que a região do extremo sul é rica em Mata Atlântica e possui diversos atrativos turísticos – alguns já estruturados para visitação, e um grande número recursos turísticos que ainda carecem de estruturação -, nota-se que em relação a outros destinos de mesma característica, ou seja, outras unidades de conservação municipais, o Polo ainda é pouco conhecido e/ou visitado, seja pelos moradores locais, seja por outros visitantes potenciais.

Portanto entender qual a razão ou dinâmica presentes na relação de fluxo e divulgação da região pode ajudar a compreender se alguns fatores como perfil de visitante, falta de divulgação do destino ou a ineficácia das ações correntes influenciam a visitação. Para além do marketing do destino e alcance de um público externo, é preciso entender quais as

dinâmicas das políticas e ações efetivas entre os gestores públicos dessa região e seus empresários, entender onde está a participação da comunidade local e se há o interesse em desenvolver a região para a comunidade do entorno do polo.

3.2 Principais atores do Polo e suas perspectivas

Dentre os atores que compõem a gestão e articulação político-administrativa do Polo de Ecoturismo de São Paulo, tem-se os gestores públicos estaduais e municipais, conselho gestor formado por órgãos e secretarias, associação do empresariado local, instituições de apoio as empresas locais e sociedade civil. Desde que foi instituído, um grupo de gestores foi delegado para a administração desse projeto e desde então, tem-se articulado políticas para a sua promoção e manutenção. Nos últimos mandatos das prefeituras da cidade ficaram mais explícitas as propostas para essa localidade e desde então o planejamento e ações tornaram-se mais efetivas no modo de dotar o território para o recebimento de visitantes.

De acordo com o site da Subprefeitura de Parelheiros e o PDTS do Polo, os principais atores presentes na gestão são:

- GT Parelheiros

O Grupo de Trabalho de Parelheiros (GT Parelheiros) é a parceria entre secretarias e órgãos com o objetivo de criar o Plano de Desenvolvimento do Turismo Sustentável, acompanhar e incentivar a lei de criação do Polo de Ecoturismo, além de integrar, propor, incentivar e monitorar políticas; ações; pesquisas; e investimentos das diversas Secretarias na área de atuação do GT. Fazem parte do GT Parelheiros os seguintes órgãos:

ÓRGÃOS QUE COMPÕE GT PARELHEIROS
Secretaria de Governo (Coordenação dos Trabalhos)
Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras
Subprefeitura Parelheiros
Subprefeitura Capela do Socorro
Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
Secretaria Municipal de Cultura
Secretaria Municipal de Segurança Urbana
Secretaria Municipal de Transportes
Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente
Superintendência das Usinas de Asfalto – SPUA)
Supervisão Geral de Abastecimento – ABAST
São Paulo Turismo S/A – SPTURIS

São Paulo Transporte S/A - Spttrans
Companhia de Engenharia de Tráfego – CET

Cada órgão tem suas atribuições e ações próprias de gestão e ao mesmo tempo trabalha em conjunto para melhorar a qualidade dos serviços da localidade.

- Conselho Gestor de Turismo - CONGETUR

De acordo com o site da Subprefeitura de Parelheiros, o Congetur é formado por 36 pessoas, com representantes das subprefeituras de Parelheiros e Capela do Socorro, das secretarias de Governo, Coordenação das Subprefeituras, Verde e Meio Ambiente, da Spturis, da Guarda Civil Metropolitana, da Polícia Militar, da Sabesp, da Empresa Metropolitana de Águas e Energia e da Fundação Nacional do Índio. O conselho ainda tem representantes dos setores de eventos e locação de espaços, de audiovisual, de hospedagem e operadoras de turismo, do setor gastronômico, de estudantes de turismo, de organizações não governamentais, de manifestações culturais, dos setores agrícola e de pesca, de comunidades religiosas, de artesãos e das aldeias indígenas, da Associação de Monitores Ambientais e Guias Turísticos, da América Latina Logística e do Conselho Participativo das subprefeituras.

Por ser composto por representantes do empresariado local e sociedade civil, tem poder centralizador das decisões e contato direto com os agentes públicos para levar as demandas desses representantes.

- Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas - SEBRAE -SP

O SEBRAE SP enquanto uma entidade privada sem fins lucrativos, atua como um agente de capacitação e promoção do desenvolvimento. Trabalha na região do extremo sul, capacitando os empresários locais e comunidade local interessada em empreender na região.

- Associação Empresarial do Polo de Ecoturismo de Parelheiros - AMTECI

A Associação Empresarial do Polo de Ecoturismo de Parelheiros é parceira dos diferentes segmentos presentes na região: comércio, indústria, setor de eventos, agricultura, turismo e prestadores de serviços. Vem atendendo e encaminhando as necessidades dos associados por meio da representação institucional em busca de melhorias para região, com foco no desenvolvimento sustentável com geração de emprego e renda, preservação do patrimônio social, cultural e ambiental. Alguns empresários locais envolvidos (Mirante da

Ilha, ECOA Sampa, Recanto Paraíso, Recanto do Jakinha Orgânicos, Selva SP, Recanto Magini, Silcol Eco Pousada, Toca da Onça Agência de Turismo).

Em conversa com o presidente do Congetur, as ações e políticas da gestão do Polo atualmente estão voltadas para a execução das diretrizes presentes no PDTS de 2017 e a perspectiva é consolidar a região como destino de ecoturismo nacional e possivelmente internacional. Os principais parceiros são a SPTuris, as Secretarias do Verde e do Meio Ambiente, Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, Secretaria Municipal de Relações Internacionais, Secretaria Estadual de Turismo, SEBRAE-SP e a AMTECI com o empresariado local.

Através do programa Investe Turismo do governo federal estão em construção oito roteiros turísticos para a região e já estão com quatro roteiros consolidados e em execução. A divulgação do Polo acontece majoritariamente de maneira virtual através das mídias sociais do Polo e dos empreendimentos locais, para isso o SEBRAE está capacitando os empresários com cursos de aprimoramento e gestão das redes sociais. A gestão está elaborando um projeto chamado Turismo na Escola com o objetivo de capacitar alunos das escolas locais para se tornarem embaixadores ou imperatrizes do Polo para que esses venham a divulgar a região entre os conhecidos e que essa comunicação atinja um público externo interessado, além fazer a comunidade local entender o valor econômico da região e como a comunidade local pode se beneficiar de suas características.

Com o objetivo de manter as ações durante o ano todo, inclusive na baixa temporada (inverno), foi criado o Festival de Inverno no Polo e outros eventos para explorar essa região mesmo na época fria, onde os atrativos como cachoeiras, clubes, entre outros de natureza recebem poucos visitantes. Dessa forma, o calendário de eventos conta com diversas festas como o ColôniaFest, que acontece anualmente no mês de julho no bairro do Colônia, atraindo tanto a comunidade local quanto um público externo que vêm conhecer a culinária e atrativos desse bairro além de ter contato com a comunidade alemã que formou esse bairro.

A gestão do Polo também tem políticas e ações voltadas aos produtores e comerciantes de produtos orgânicos com a finalidade de fortalecer os agricultores locais. Existe uma lei municipal que define a compra dos produtos desses agricultores pela prefeitura de São Paulo, parcerias com instituições públicas e privadas e projetos para a criação de um local no extremo sul para comercialização desses produtos. O gestor do Polo ainda menciona a criação de um Centro Educacional na região para a capacitação da mão de obra local para o atendimento aos turistas e as parcerias entre instituições de ensino para ministrarem cursos na região. O fortalecimento e articulação com as lideranças da terra indígena Tenondé-Porã

presente na região e que compõe o roteiro do Polo também uma ação que está em andamento para vir a ser mais um roteiro de experiência e fortalecimento da comunidade indígena.

Através de breve conversa, nota-se que as perspectivas e projetos se estendem em diversos sentidos e que a articulação entre os atores, poder público e privado está em andamento. Dessa maneira, é possível entender que há uma real movimentação para a execução dos planos de colocar a região dentro do rol de destinos turísticos e exploração local.

3.3 Fatores que influenciam o fluxo de visitação no Polo

Distante aproximadamente 40km do marco zero de São Paulo, a Praça da Sé, está localizado o Polo de Ecoturismo de São Paulo. Pela sua distância do grande centro da cidade, a região passa despercebida. É conhecida geralmente pelos moradores locais, alguns que cresceram desse lado da cidade, outros que vieram morar nos últimos anos. Seja por sua formação histórica está nas entrelinhas das histórias contadas do restante da cidade, seja pelo difícil acesso de transporte público, o território do extremo sul de São Paulo é pouco conhecido e visitado.

Servindo de distrito-dormitório para seus moradores, que se deslocam diariamente para as regiões centrais da cidade, no movimento residência-emprego, os distritos que englobam o Polo ainda são pouco reconhecidos enquanto seus atrativos naturais, culturais e históricos⁹. Apesar de nos últimos anos, a prefeitura junto com comunidade e empresários locais terem juntado esforços para divulgarem seus projetos na tentativa de atrair visitantes, a região, como se diz no campo do turismo, ainda é pouco atrativa e produto não consolidado. Englobando todos os aspectos históricos e socioculturais abordados no capítulo 1, somando-se a falta de infraestrutura básica para a comunidade local, e consequentemente a falta de infraestrutura para receber visitantes, há um território em desenvolvimento e se estruturando minimamente para atender às demandas locais, e enquanto destino, ainda em processo de consolidação.

Seus atributos naturais e culturais facilmente atrairiam um público voltado à natureza, que gosta de lugares calmos, longe do barulho e poluição da cidade grande. De acordo com o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Polo, toda essa gama de atrativos da região, permanecia pouco estruturada, com grande fragilidade ambiental em uma área de grande vulnerabilidade social (SÃO PAULO, 2018, p. 11). Dessa forma, o objetivo da criação do plano era de estruturar a região e levar desenvolvimento sustentável, apontando diretrizes para

⁹ No tópico anterior e no próximo capítulo foram exemplificados e apresentados os principais atrativos presentes e que compõem o Polo.

se obter os resultados propostos, contando com a parceria da administração pública local, comunidade e empresários locais ligados ao turismo. O relatório elaborado pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IABS) em parceria com a SPTuris para a composição do plano, analisou e demonstrou de forma técnica o cenário atual da região e pontuou as diretrizes que todos os atores e agentes envolvidos devem seguir para que o Polo venha a se tornar um destino turístico receptivo.

Apontado como uma nova tendência para o mercado do turismo, pós-crise humanitária de saúde¹⁰ em 2019, as viagens de lazer na natureza serão o novo modo dos turistas retornarem a atividade, se conectando com um novo modo de vida e experiências¹¹. Dessa maneira, destinos com grande extensão de áreas verdes e rurais, afastados dos grandes centros e das aglomerações sociais, são o novo pedido, principalmente se esses já tiverem o título de Ecoturismo. No caso de Parelheiros, Marsilac e Ilha do Bororé são territórios que possuem grande parcela de mata preservada e biodiversidade, tem ares e clima de interior, porém a realidade enquanto destino turístico ainda não está ao alcance, devido a pouca estrutura de hotéis, pousadas, restaurantes e todos os equipamentos e serviços destinados ao atendimento ao turista. O interesse em transformar essa região em um potencial receptivo turístico, fez surgir políticas e ações que reunissem a maior quantidade de representantes do setor na região, se articulando e formando o que hoje é conhecido como o Polo de Ecoturismo de São Paulo.

De acordo com Cruz (2006):

Ingressar no competitivo rol dos destinos turísticos nacionais e internacionais não é objetivo fácil de ser alcançado. Tornar-se um destino turístico nacional e internacionalmente conhecido é resultado de um feixe de ações e relações, fatores endógenos e exógenos cujo comando, no mais das vezes, não pertence ao lugar receptor. Ao contrário, a hegemonia dos mais importantes pólos emissores do País e do mundo se pode fazer sentir sobre muitos dos destinos turísticos do mundo e do País (2006, p. 338).

Não dizendo que o Polo já teria atributos suficientes para alcançar tal objetivo, mas comparando suas características com outras localidades já consolidadas para a atividade

¹⁰ A crise humanitária que atingiu o mundo em 2019 e vem se estendendo aos dias atuais, paralisou o mercado do turismo, uma vez que o deslocamento ficou impossibilitado por decretos mundiais e fechamento de fronteiras.

¹¹ De acordo com o MTur, destinos de natureza tem recorde de visitação em 2021. Acessado em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/destinos-de-natureza-brasileiros-tem-recorde-de-visitacao-em-2021>.

turística como Embu das Artes, Brotas, Bonito, nota-se que ainda há muito planejamento e ações para se tornar um polo de recebimentos de visitantes.

O Polo pode ser configurado em destino para viagem de um dia, uma vez que o acesso por veículo próprio é o meio de transporte mais rápido para se chegar, possui pouca estrutura de hospedagens para longas estadias e é uma região próxima ao centro da capital e outros distritos da macrorregião de São Paulo. Sendo assim, local com facilidade de ser visitado por meio período de um dia. O plano de desenvolvimento do Polo aponta outros destinos para viagens de um dia, que já estão consolidados como marca e produto, tornando-se assim destinos concorrentes. Aponta ainda a motivação principal do potencial visitante do Polo, o contato com a natureza, discurso esse que será moldado de acordo com as características da região, mas que por outro lado será confirmado através de pesquisas acadêmicas e de mercado, reforçando o discurso da relação homem-natureza, já discutida no início desse capítulo.

Analisando o local onde se permeiam diversos problemas socioeconômicos, ambientais e culturais, ainda é prematuro oferecer um destino consolidado para o turismo, uma vez que vários fatores devem ser levados em conta, desde a articulação da comunidade e sua noção de pertencimento. É importante frisar que, os objetivos do plano preveem e discursa enquanto mais uma localidade para exploração do ecoturismo pelos turistas de fora, aqueles advindos dos grandes centros e de áreas nobres da cidade, desconsiderando a população residente como usuário e potencial visitante para esses espaços.

O relatório proposto no plano está mais voltado à prática econômica e rentável do turismo, uma vez que expressões como “clientes potenciais”. Especifica o perfil do visitante desejado, mesmo que apontado como a opinião do empresariado local, indicando um perfil de pessoas que não é compatível como o perfil dos moradores do entorno. Evidenciando através da pesquisa de que o público do entorno não é o perfil desejado para usufruir dos atrativos levantados. Ainda analisando os resultados e diretrizes do plano, nota-se que os parâmetros usados e a visão dos consultores que elaboraram o documento, almejam um status e consolidação para a região, desconsiderando todo o restante das problemáticas envolvidas no território. Dessa forma, vão se formando e se estruturando políticas contrárias aos de inclusão e acesso aos espaços públicos e sociais já estabelecidas por lei.

O fato que reforça que a comunidade local está desconectada com o território e seus atributos é que uma simples conversa com moradores da região e entorno, verifica-se que essas pessoas nasceram e cresceram ali e não tem a ciência de todos esses espaços existentes. A maioria não sabe que existem cachoeiras, rios e trilhas, seja porque a informação não chega

até elas, por estarem fora do perfil desejado, seja por não viverem os espaços onde moram por falta de tempo¹². Assim temos uma região pouco conhecida por seus moradores locais e consequentemente por outras pessoas que poderiam se tornar visitantes potenciais.

Para inserir esses distritos em circuitos e roteiros e assim alcançarem mais notoriedade foram a elaboração de roteiros temáticos (SPTuris, 2016), onde descrevem os atrativos por segmento de interesse e como chegar até eles. A criação do Posto de Atendimento ao Turista (PAT) em frente ao Terminal Varginha, as placas de sinalização turísticas dispostas nas avenidas que ligam até Parelheiros, ações do SEBRAE em parceria com a Subprefeitura de Parelheiros para a capacitação e formação de influenciadores locais para divulgar a região, são outras ações iniciativas utilizadas para se fazer conhecer o polo. Dessa forma temos o que Mayer (2021) cita em sua pesquisa;

Analizando o cenário no qual Parelheiros se insere é possível identificar que, apesar de contar com potencialidades turísticas convencionais (cachoeiras, represa e rios navegáveis, crateras geológicas, aldeias indígenas), ainda são necessários investimentos para mudar tanto a imagem estereotipada que habitantes de áreas centrais têm da região, quanto o desconhecimento local e nacional sobre ela. Os dados socioeconômicos e as notícias veiculadas na mídia, acessados por aqueles que nunca foram à região, geram, ou geravam na década passada, o sentimento de que aquele é um lugar apenas a ser evitado. (2021, p. 61).

O interesse por parte dos agentes locais e as articulações com o poder público vem poucos modificando o território e organizando de modo que se possam atender os potenciais visitantes. As melhorias nos serviços e espaços públicos nessa região vêm sendo percebida desde a criação da lei que instituiu o Polo, aos poucos vemos as obras tomando forma. Por outro lado ainda é percebida a carência de muitos serviços para a comunidade local e a região ainda está dentro de índices baixíssimos de desenvolvimento socioeconômico.

Desse modo, mesmo que ampliem a malha de transporte público, melhorem os asfaltos, alarguem ruas e construam pontes e estações de trem, a pergunta é: para quem esse espaço está sendo estruturado? Sabe-se que o turismo, se planejado apenas na intenção de atrair divisas e receber visitantes, está apenas agindo de acordo com as normas do capital. A moeda de troca entre os agentes de mercado e os turistas são os territórios em que a atividade turística está presente.

¹² Usaremos essa expressão de forma irônica para evidenciar a realidade dos trabalhadores que tem seu tempo destinado à uma parte do dia trocando sua força de trabalho por um salário e a outra parte se deslocando de suas moradias para ir e voltar dos seus postos de trabalho.

3.4 Turismo de Base Comunitária como possibilidade de desenvolvimento

Se considerarmos o turismo, enquanto atividade econômica, desenvolvido apenas com o objetivo de venda do lazer e dos espaços, traz consigo os impactos negativos dessa atividade. Nos últimos anos, alternativas da prática do turismo aliadas à gestão participativa e sustentável têm ficado em evidência e surgido como possibilidade de real desenvolvimento das localidades. O Turismo de Base Comunitária (TBC) surge na lógica de inclusão dos atores antes esquecidos pelo mercado e valorização da comunidade local receptora.

Não se pode negar o quanto apenas o viés econômico do turismo tem impactado negativamente muitos destinos. Desde a elevação do turismo enquanto fator de desenvolvimento, gerador de renda e trabalho nas localidades, há o mito de que a atividade em si pode ser a “salvadora” das economias. Essa afirmação encoberta muitas das ações negativas que a atividade turística pode trazer para esses espaços. Assim como se comprovam o lado negativo do turismo, alternativas tem surgido e ajudado a entender que é possível um novo modelo, ainda que considerando o fator econômico, mas de forma a ser instrumento de inclusão de pessoas antes apartadas das decisões de desenvolvimento das localidades.

De acordo com o ICMBio:

Isso porque o TBC emerge, em planejamento turístico, como uma via possível para a inclusão econômica e social de grupos vulneráveis e, também, para a conservação da biodiversidade e para a valorização dos modos de vida de povos e comunidades tradicionais. (2019, p. 16).

O TBC surge como estratégia de planejamento alternativa ao turismo tradicional com o objetivo de propiciar maior controle local sobre as decisões pela comunidade local. Para Mayer (2021), a participação ativa dos moradores no processo de registro de suas memórias e mapeamento dos locais expressivos para a sua história e para a história da localidade pode ser uma significativa oportunidade de fortalecimento das identidades culturais dos diferentes grupos que compartilham o território e contribuir para a consolidação do Patrimônio Cultural da região, da cidade e do país.

O fortalecimento das comunidades locais para que se conheçam e reconheçam os espaços onde vivem, é fundamental para a troca com os visitantes. O protagonismo comunitário na tomada de decisão em todas as etapas do processo é imprescindível para o desenvolvimento das iniciativas de TBC. É a partir da decisão das comunidades locais que as

atividades devem ser planejadas, implementadas, monitoradas e avaliadas. Esse princípio tem se mostrado fundamental para a manutenção em longo prazo e continuidade das iniciativas de TBC.

Tratando-se de planejamento e desenvolvimento sustentável, as propostas de TBC para as localidades têm surtido efeitos em muitas localidades, onde os atores locais que passam a ser protagonistas e levam suas demandas as esferas de gestão mais elevadas, além de fortalecer suas culturas e valores locais. Trazendo essa proposta para a gestão e planejamento do Polo de Ecoturismo, é possível verificar que atualmente os atores envolvidos nas ações políticas são majoritariamente o empresariado local. Um dos atrativos e segmentos explorados nos roteiros do extremo sul é a agroecologia, o turismo rural e o ecoturismo. Por ser uma área com inúmeras chácaras e sítios que possuem produção de alimentos orgânicos, esse segmento tem se tornado o alvo para divulgar essa localidade.

Ao mesmo tempo em que se leva o turista a esses espaços tem-se o fortalecimento e valorização dos produtos locais e dessa maneira é possível articular os atores locais para convergirem suas ações e objetivos em prol do desenvolvimento local e sustentável.

As estratégias de gestão para o extremo sul, incluindo o turismo, precisam olhar para a região não apenas como mais uma região rentável onde se pode explorar o espaço para a venda aos turistas. As políticas e estratégias precisam vir a mitigar os impactos negativos e contribuir para a ampliação da região que é impactada desde sua formação histórica e de uma comunidade que há muito carece de estruturas básicas para a sobrevivência.

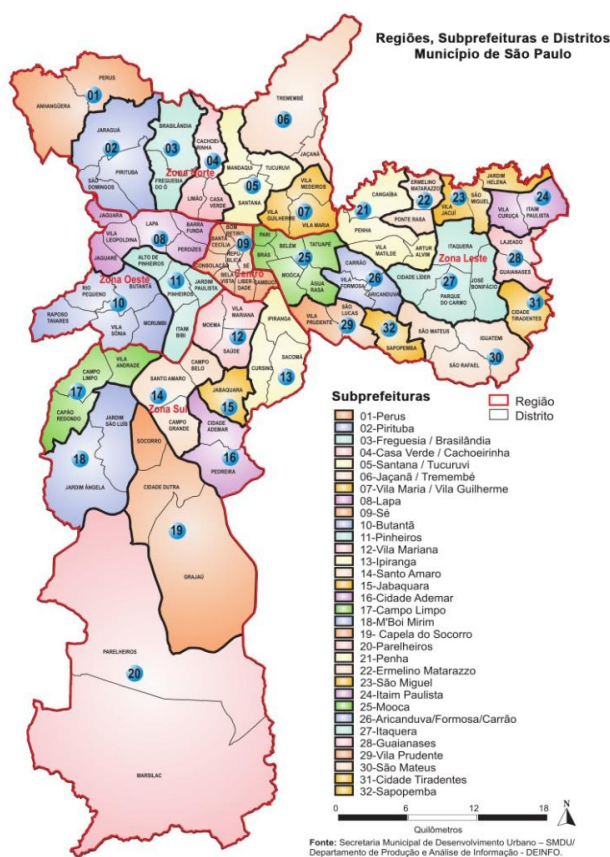
Partindo do pressuposto de que vivemos inseridos no contexto de um modo de produção capitalista e que o capitalismo é, por essência, concentrador de riqueza e gerador de exclusão social, o que cabe colocar em discussão são as reais possibilidades de o turismo efetivamente contribuir para reverter o quadro de profundas injustiças sociais, histórica e socialmente construído. (CRUZ, 2006, p. 339).

Nota-se o envolvimento e articulação dos atores nesse território e a convergência de interesses em ter seus estabelecimentos nos roteiros e na divulgação do Polo enquanto destino promissor de ecoturismo no extremo sul, o TBC pode surgir como uma possibilidade de desenvolvimento sustentável que além de fortalecer as parcerias ainda contribui efetivamente para preservação ambiental.

4 Breve histórico do extremo sul de São Paulo: área rural e expansão urbana

Considerando a região do extremo sul do município de São Paulo, que envolve os distritos de Parelheiros, Marsilac e Ilha do Bororé, sabe-se que é formada em grande parte por áreas de preservação ambiental. Sob a Lei Estadual de Proteção aos Mananciais¹³, implantada em 1975, esses distritos encontram-se dentro de duas Áreas de Proteção Ambiental: Capivari-Monos e Bororé-Colônia, que representam 1/5 do território paulistano. Situados há cerca de 40km da capital do estado, esses distritos são administrados pela Subprefeitura de Parelheiros (Parelheiros e Marsilac) e Subprefeitura da Capela do Socorro (Ilha do Bororé).

Figura 4 - Mapa Regiões, Subprefeituras e Distritos – Municípios de São Paulo



Fonte: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Mapa_Sub\(1\).jpg](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Mapa_Sub(1).jpg)

¹³ Lei N° 898, de 18 de dezembro de 1975 e Lei N° 1.172, de 177 de novembro de 1976. Podem ser acessadas em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1975/lei%20n.898,%20de%2018.12.1975.htm>

Segundo dados do SEADE 2021, Parelheiros possui atualmente 155.468, Marsilac 8.463, enquanto a Ilha do Bororé em torno de 5.000 habitantes. Trata-se de espaços periféricos, formados a partir do processo de reprodução da metrópole de São Paulo (ALMEIDA, 2018). A região possui alta densidade demográfica e ocupações irregulares¹⁴ de áreas de mananciais.

A partir da leitura e interpretação de Almeida (2018), pode-se discorrer sobre a formação desse lado da cidade. Afastada do grande centro da metrópole, passou de área rural para balneário das elites, posteriormente zona de veraneio até chegar ao estágio que se encontra atualmente.

No início do século XX, o território do extremo sul já era cortado por diversas estradas, trilhas e trilhos, por meio do ramal Mairinque-Santos da Estrada de Ferro Sorocabana que ligava a capital ao litoral de São Paulo. Até a década de 30, o município de Santo Amaro era até então os limites da zona sul de São Paulo. À medida que o maior polo industrial do país foi se desenvolvendo, o “cinturão caipira”, – como era conhecido Santo Amaro – recebeu inúmeras fábricas e virou zona industrial da capital. Na década de 50, já não é mais os arredores do centro, tornando-se porta de entrada para o que hoje chamamos de periferia. As transformações mais significativas vieram a partir da década de 70 com a expansão dos limites urbanos. É com o surgir da Revolução Industrial no século XIX que a urbanização, entendida como a tendência à concentração populacional nas maiores cidades, assumirá proporções mundiais, alterando as relações sociais e levando-a às dimensões que conhecemos hoje (SANTOS, 2008).

Assim, cabe destacar que “urbanização” conota, ao mesmo tempo, a expansão territorial dos centros urbanos de cidade a metrópole e a megalópole em um contínuo urbano, estendendo suas características morfológicas. Santos (2008) destacará o processo de macrourbanização e metropolização como o fenômeno de importância fundamental aos estudos nas últimas décadas, a partir de algumas características:

concentração da população e da pobreza (contemporânea da rarefação rural e dispersão geográfica das classes médias); concentração das atividades relacionais modernas (contemporânea da dispersão geográfica da produção física); [...] ‘involução metropolitana’, com a coexistência de atividades com diversos níveis de capital, tecnologia, organização e trabalho; maior centralização da irradiação

¹⁴ São os chamados “loteamentos clandestinos”, empreendimentos realizados à margem da legislação urbanística, ambiental, civil, penal e registrária, em que se abrem ruas e demarcam lotes sem qualquer controle do Poder Público.

ideológica, com a concentração dos meios de difusão das ideias (SANTOS, 2008, p.88).

Na medida em que São Paulo e automaticamente Santo Amaro se expandiam, as áreas antes consideradas interioranas passaram a ser atraentes para uma parcela da população que almejava morar em lugares tranquilos e com ar mais puro, mas que não fosse longe do centro. Assim, a parcela abastada foi ocupando e transformando o entorno do município de Santo Amaro. Duas grandes represas foram criadas, a Guarapiranga e a Bilings, para abastecimento da metrópole e se tornar zona de veraneio das elites paulistas. A construção dessas represas tiveram reflexos no crescimento e adensamento populacional desse lado da cidade. Os bairros criados entre Santo Amaro e o extremo da zona sul, antes chácaras para o desenvolvimento agrícola na segunda metade do século 19, foram ocupados pela classe mais abastada, se estendendo pela região da Guarapiranga, chegando aos atuais bairros de Interlagos e Cidade Dutra.

Com o desenvolvimento urbano de São Paulo a partir da década de 70, houve um espraiamento da mancha urbana, trabalhadores das indústrias não conseguindo se manter no centro por conta do processo de urbanização, especulação imobiliária e alto custo de vida, viram-se obrigados a ocupar as margens da cidade.

“...a produção de periferias é estrutural, não uma questão patológica da urbanização: dizemos, portanto, que a periferia é produto e condição para a reprodução capitalista do espaço.” (ALMEIDA, 2018, p.2)

A industrialização da cidade como um todo, partiu de políticas de governo. Após década de 30, fatores como a revolução de 30 no governo Vargas e posteriormente a política de Juscelino Kubistcheck, fez São Paulo se tornar metrópole. Centro de modernização e entrada de capital estrangeiro, a cidade passou por inúmeros processos de ocupação e reocupação urbana. Esses processos foram se expandindo para áreas mais distantes e remotas, as margens, onde ainda não haviam chego as estruturas embasadoras da “modernidade”.

As áreas compreendidas após o município de Santo Amaro eram várzeas e regiões consideradas até então, rurais. A partir do processo de urbanização e crescimento

populacional, muitas famílias (trabalhadores das indústrias e pessoas advindas também de outras regiões do país¹⁵) se instalaram nesses bairros. Assim como fala Almeida:

“Os extremos da metrópole, por serem longe das centralidades comerciais, foram relegados como saídas precárias para que a população tivesse acesso à moradia. As terras das áreas dos mananciais foram mobilizados por grileiros e especuladores imobiliários, que ganhavam vendendo lotes baratos às camadas populares.” (ALMEIDA, 2018, p.3).

Dessa maneira foram se formando bairros inteiros pela via do loteamento irregular, chegando à configuração atual de grande parte da zona sul, mais especificamente Parelheiros e Marsilac. O próprio Estado foi indutor, direto ou indiretamente, da ocupação dos mananciais¹⁶ que abastecem parte da metrópole de São Paulo. À medida que o sistema econômico dita as regras, transformando necessidades básicas como: moradia, transporte, saúde, educação, - em privilégios - quem possui maior renda consegue usufruir melhor dos “espaços públicos” da cidade e o Estado, como detentor do papel de democratizar os acessos não impedindo tais processos, pode ser considerado conivente. De acordo com a autora, a precarização na vida da população não se restringe às péssimas condições de moradia e aos subempregos, soma-se a isso, longas horas no transporte público, atravessando a cidade para se chegar ao trabalho e o confinamento urbano que milhares de pessoas que vivem nas periferias sofrem. A lógica do capital moldou e molda as relações sociedade-território, e dentro dessa lógica, a mobilidade no espaço urbano tornou-se privilégio para aqueles que conseguem morar e viver próximos de seus postos de trabalho, áreas de lazer e comércio.

Tratando-se da população que vive no extremo da zona sul, dados mostram que os trabalhadores dessa região gastam em torno de 2h a 2h30 no transporte público para chegarem aos seus postos de trabalho¹⁷. A grande maioria tem seus empregos na área central de São Paulo ou em zonas comerciais distantes de suas residências. As políticas de mobilidade

¹⁵ Nos anos 1960 e 1970, caminhões de nordestinos levantaram a poeira vermelha das estradas rumo ao asfalto sudestino. Fugindo da fome e da seca, atraídos e traídos pelo mito do progresso e do sucesso para todos, muitos tiveram que amassar muita lama nas periferias da cidade de São Paulo, tendo por vezes a concessão do direito à ocupação ilegal do solo, sem garantia do direito à cidade (MARICATO, 2008).

¹⁶ A totalidade de seu território está situada em área de proteção aos mananciais e a região compreende remanescentes importantes de Mata Atlântica mantendo grande parte de sua Mata nativa e biodiversidade preservada e área de grande produção agrícola, é estratégico para a vida da cidade de São Paulo: equilibra as correntes térmicas com as menores temperaturas e a maior precipitação pluviométrica da cidade. Sua rede hídrica contempla três bacias hidrográficas: Capivari, Guarapiranga e Billings. As duas represas fornecem água para cerca de 25% da população da cidade. Fonte: [Histórico da Região de Parelheiros \(prefeitura.sp.gov.br\)](https://historico.daregiao.deparelheiros.prefeitura.sp.gov.br)

¹⁷ <https://desenrolaenaomenrola.com.br/contextos-perifericos/moradores-afirmam-que-transporte-publico-precario-nas-periferias-de-sp-e-racismo>

urbana ao mesmo tempo em que tentam convencer que os novos projetos irão facilitar a vida de milhões de pessoas vêm na contramão da especulação e encarecimento de áreas por conta da instalação dos meios de transporte públicos como metrô e trens. Ao mesmo tempo em que esses transportes chegam cada vez mais em localidades afastadas do grande centro, a especulação imobiliária e a reprodução da metrópole nesses espaços, agem a partir da lógica perversa do capital, encarecendo o modo de vida naquele local e “obrigando” quem vivia ali, a procurar locais mais baratos e distantes para sobreviver.

Esse é o caso atual que vemos na região do Grajaú com a estação de trem Grajaú-Osasco linha 9 Esmeralda, entregue em 2008 e que está em processo de expansão para o bairro do Varginha. Ao longo da estrada principal, a Avenida Senador Teotônio Vilela, que liga os bairros de Cidade Dutra, Grajaú e se estende até o Varginha, nota-se o avanço dos empreendimentos comerciais, submóradas, o concreto ocupando as áreas verdes, é o processo de reprodução da metrópole nesse território. Atualmente, esses bairros estão cada vez mais tomados por comércio, redes de fast foods (inexistentes até poucos anos atrás), de prédios residenciais, toda a estrutura direcionada para rentabilidade e liquidez dessa região. Quem mora desse lado da cidade, presencia há algum tempo, a “modernização” de bairros antes considerados atrasados. Não obstante que o crescimento populacional de bairros como Parelheiros, ainda está em curso.

Entendemos que no processo de expansão da urbanização, os espaços naturais, bem como os espaços rurais, se tornam cada vez mais raros. O processo já é bastante conhecido: a cidade expande-se sobre o campo. Desaparece, portanto o até então evidente conflito campo x cidade. O espaço mundial parece caminhar para uma total urbanização, guiado pelos anseios de uma sociedade urbana. Contudo como já dissemos anteriormente, a realidade em sua complexidade não se mostra homogênea, e o espetáculo da cidade vai-se compor não só pelo progresso, mas também por seu reverso. E o campo, longe de ter desaparecido, permanece nas dissimulações dos seus limites (MAIA, 2001, p.215).

De acordo com os dados do site da Subprefeitura de Parelheiros, verifica-se esse crescimento populacional nas últimas décadas:

Tabela 1 – Crescimento populacional Parelheiros e Marsilac

Distritos	Área (km²)	População (1980)	População (1991)	População (2000)	População (2010)	Densidade Demográfica (Hab/km²)
Marsilac	200,00	4.439	5.992	8.404	8.258	41
Parelheiros	153,50	31.711	55.594	102.836	131.183	855
Total	353,50	36.150	61.586	111.240	139.441	394

Fonte: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/subprefeituras/dados_demograficos/index.php?p=12758

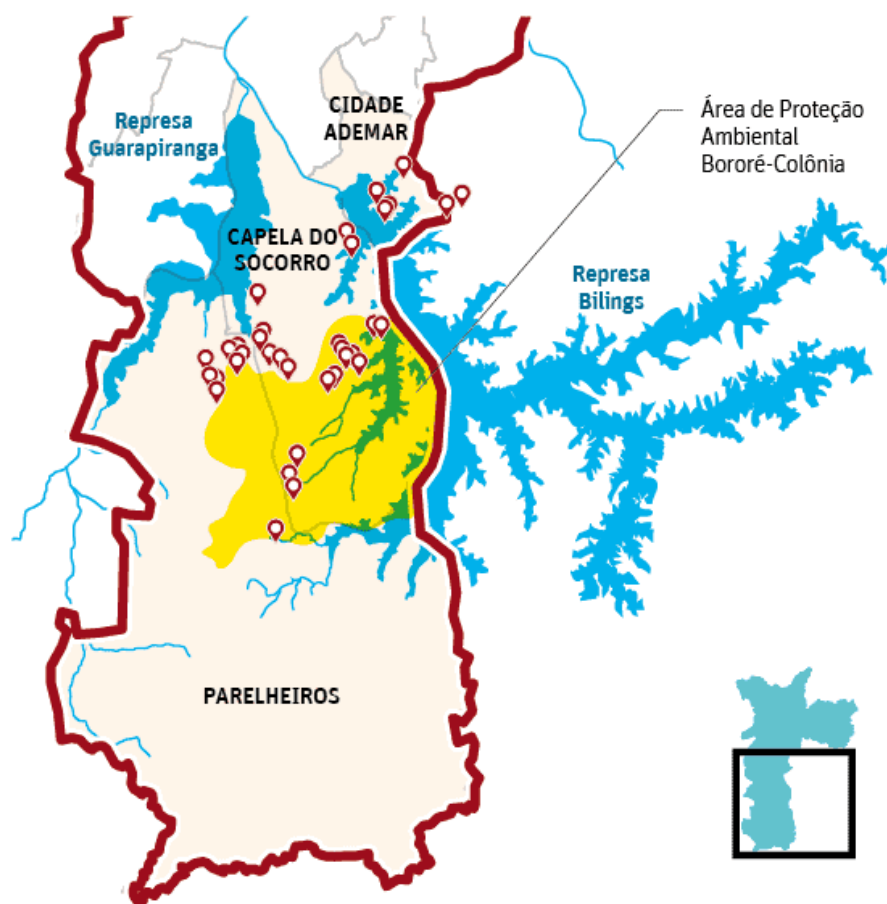
E ao comparar com dados do SEADE 2021 apresentados anteriormente, nota-se que de 2010 a 2021, o crescimento do distrito de Parelheiros aumentou em mais de 15%. Desse modo, vemos o território se expandindo ainda mais em direção ao extremo sul e ao mesmo tempo, se expandindo desordenadamente sobre as áreas de mananciais. Esse último fator é um dos problemas atuais e pauta das políticas de habitação das subprefeituras que administram essa região. A questão das irregularidades fundiárias é um dos principais desafios para as ações de desenvolvimento da região e do Polo de Ecoturismo, assunto esse que trataremos nos próximos capítulos.

Figura 5 – Mapa da expansão urbana no extremo sul

EXPANSÃO URBANA

Moradias irregulares que cresceram sobre mananciais em São Paulo

- Prefeituras regionais mais afetadas
- 📍 Concentração de moradias irregulares



Fonte: <https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2017/06/17167363.png>

Diante do cenário explicitado sobre a configuração atual da região estudada, é de grande importância citar que as periferias, sejam elas do sul, norte, leste ou oeste, de São Paulo ou qualquer outra localidade, são espaços de resistência, reinvenção, cultura e saberes. De pessoas que estão dia após dia lutando contra um sistema que os isola e os escraviza.

“Estamos descrevendo a periferia como é vivida, pois os inúmeros “projetos” ou “agendas” para os extremos da zona sul de São Paulo estão completamente desvinculados da vida das pessoas que ali moram. O que temos hoje é a radicalização da privação balizada pela propriedade privada, e coroada pela mercadoria. O que se busca são estratégias que possibilitem autonomizar os espaços, especializando-os pelo empreendedorismo urbano. Enquanto isso, a população que mais precisa de equipamentos urbanos públicos na periferia fica impossibilitada do acesso à saúde, lazer, diversão, de espaços que ofereçam esportes, e todos aqueles

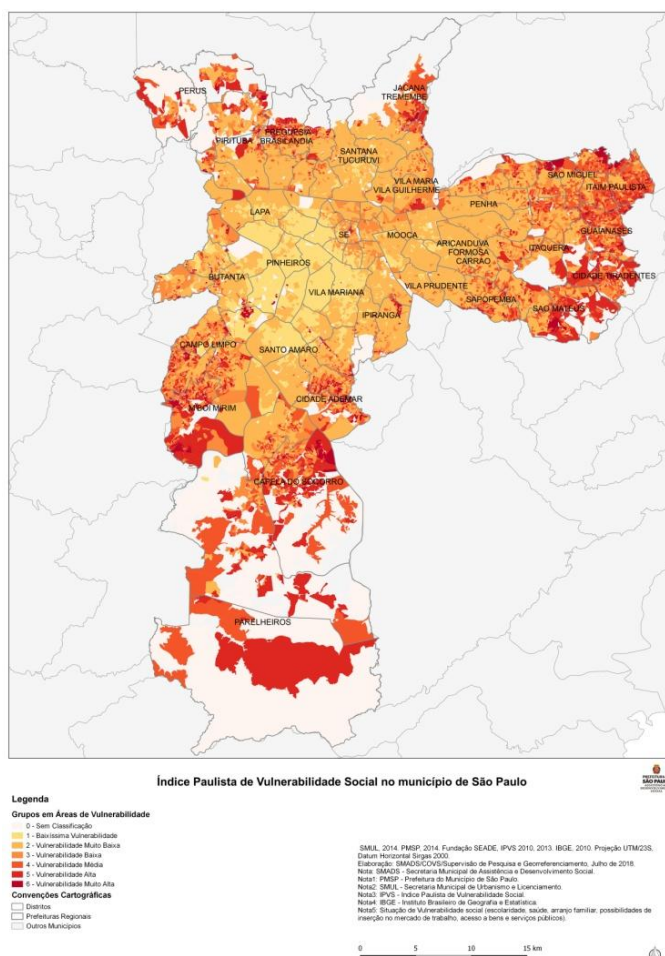
elementos fundamentais na construção da nossa humanidade.” (ALMEIDA, 2018, p.8).

Os centros e coletivos culturais, bibliotecas comunitárias, associações e redes de moradores locais, são alguns dos exemplos de espaços criados pelos e para os moradores, a fim de driblar as carências e preencher as lacunas deixadas pela administração públicas que não enxergam a população residente como pessoas com necessidades básicas para sobrevivência.

De acordo com as ideias explicitadas acima pela autora, seguem dados dos últimos anos, sobre os índices de infraestrutura e dados demográficos dos municípios e distritos estudados nessa pesquisa.

A figura 6 apresenta dados de 2010 sobre a situação de vulnerabilidade social do município de São Paulo, considerando as taxas de escolaridade, saúde, arranjo familiar, possibilidade de inserção no mercado de trabalho, acesso a bens e serviços públicos. Nota-se que as áreas de maior vulnerabilidade estão nos extremos do município, enquanto bairros e distritos centrais encontram-se baixos índices. Verifica-se também que a região onde se concentra o maior índice de vulnerabilidade é o distritos de Parelheiros que engloba Marsilac, seguido pelo distrito da Capela do Socorro que engloba a Ilha do Bororé.

Figura 6 - Índice de Vulnerabilidade Juvenil



Fonte: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/servicos/Mapa_IPVS_por_Prefeituras_Regionais.jpg

De acordo com a tabela abaixo, a pesquisa da Fundação SEADE de 2000 já apresentava em dados quantitativos a relação da vulnerabilidade juvenil dos distritos acima citados. Nas últimas décadas, houveram certas mudanças no cenário dos distritos, mas a região do extremo sul, ainda configura com os maiores índices de vulnerabilidade social.

Tabela 2- Índice de Vulnerabilidade Juvenil, 2000

Índice de Vulnerabilidade Juvenil - IVJ	Grajaú	Marsilac	Parelheiros
Grupos de Vulnerabilidade	5	5	5
População Total	333436	8404	102836
Participação da População Jovem de 15 a 19 Anos, no total de Jovens do Município.	3,63	0,09	1,09
População de Jovens de 15 a 19 Anos	36044	904	10859
Taxa Anual de Crescimento Populacional	6,13	3,83	6,95
Taxa Anual de Crescimento Populacional (Escala 0 a 100)	60	47	65
Participação dos Jovens de 15 a 19 Anos no Total da População dos Distritos (%)	10,81	10,76	10,56
Participação dos Jovens de 15 a 19 Anos no Total da População	98	97	92

dos Distritos (Escala 0 a 100)			
Taxa de Mortalidade por Homicídio da População Masculina de 15 a 19 Anos (por 100.000 Hab.)	356,8	531,5	269,7
Taxa de Mortalidade por Homicídio da População Masculina de 15 a 19 Anos (Escala de 0 a 100)	67	100	51
Rendimento Nominal Médio Mensal das Pessoas Responsáveis pelos Domicílios Particulares Permanentes (R\$)	597,7	447,04	602,71
Proporção de Jovens de 15 a 17 anos que não frequentam à Escola (%)	31,32	41,3	34,64
Taxa de Fecundidade das Adolescentes de 14 a 17 Anos (por 1.000 mulheres)	46,82	56,02	56,31
Proporção de Jovens, de 18 a 19 Anos, que não Concluíram o Ensino Fundamental (%)	53,47	66,3	56,44

Fonte: Fundação SEADE, 2000

Com base no Observa Sampa, verificam-se os indicadores, em relação à moradia e saneamento básico, dos principais distritos do extremo sul. Apontando a diminuição da taxa de domicílios não conectados a rede geral de água entre 2000 e 2010, porém, nota-se que o distrito de Marsilac ainda possui alta porcentagem de domicílios que não são conectados a rede geral de água. Sendo esse um dos problemas que afeta a saúde e qualidade de vida da população desse local.

Tabela 3 – Indicador Proporção de Domicílios não conectados a rede geral de água – Distritos zona sul

Proporção de Domicílios não conectados a rede geral de Água (%)		
Região	2010	2010
SÃO PAULO (Município)	1,38	0,89
Cidade Dutra (Distrito)	0,71	0,16
Grajaú (Distrito)	5,56	2,63
Marsilac (Distrito)	97,92	85,38
Parelheiros (Distrito)	41,04	16,50
Socorro (Distrito)	0,25	0,17

Fonte: <http://observasampa.prefeitura.sp.gov.br/moradia-e-saneamento-basico>

Ainda considerando os indicadores de domicílios, agora os que não estão conectados à rede geral de esgoto, a tabela 4 aponta os distritos de Parelheiros e Marsilac como os que possuem maior taxa de domicílios não conectados. Uma vez que esses distritos encontram-se em áreas de mananciais e zona rural, de acordo com as leis ambientais que permeiam esses territórios, há certa dificuldade de se instalar as estruturas necessárias de saneamento básico presente em áreas urbanas.

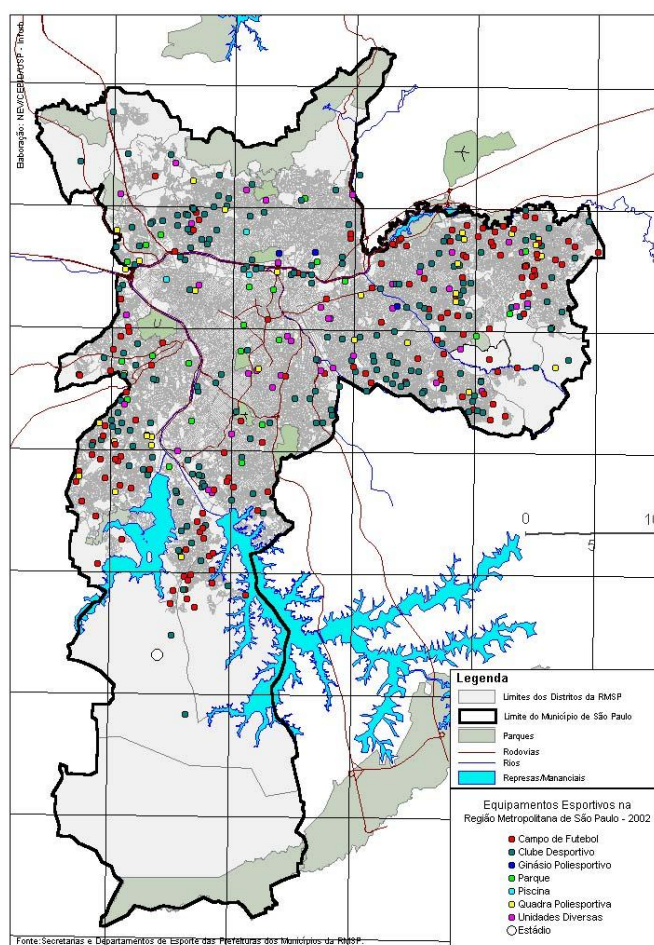
Tabela 4 – Indicador Proporção de Domicílios não conectados a rede geral de esgoto

Proporção de Domicílios não conectados a rede geral de Esgoto (%)		
Região	2000	2010
SÃO PAULO (Município)	12,77	7,90
Cidade Dutra (Distrito)	10,89	6,13
Grajaú (Distrito)	61,00	27,42
Marsilac (Distrito)	99,67	96,61
Parelheiros (Distrito)	81,37	62,77
Socorro (Distrito)	1,51	0,26

Fonte: <http://observasampa.prefeitura.sp.gov.br/moradia-e-saneamento-basico>

Em relação a equipamentos esportivos e de lazer, os dados das prefeituras da região metropolitana de São Paulo nos apresentam a distribuição desses equipamentos no município. Nota-se a concentração de campos de futebol, clubes e quadras desportivas, parques e piscinas de uso público, nas regiões centrais e zona leste do município, enquanto os distritos do extremo sul possuem pouco ou nenhum desses equipamentos.

Figura 7 - Equipamentos esportivos e de lazer



Fonte: <https://nev.prp.usp.br/dados/equipamentos/>

Conforme mencionado por Almeida (2018), as populações das periferias que mais carecem de espaços e equipamentos de lazer ficam impossibilitadas de acessos. O interesse dos agentes públicos por desenvolver uma ou outra localidade surge apenas quando os olhos do mercado e as possibilidades de ganhos com a região são apontados, enquanto isso as comunidades locais vão se virando com o que existe de mínima estrutura.

Se tratando de áreas de interesse para o exercício de alguma atividade, o extremo sul do município foi notado enquanto potencialidade para o desenvolvimento do turismo, mais precisamente do ecoturismo. A partir de suas características naturais e grandes hectares de espaços verdes ainda preservados, foram-se implantadas as políticas de leis ambientais e a criação de duas áreas de proteção ambiental nessa região. Em 2001 é criada a APA Capivari-Monos e em 2006, a APA Bororé-Colônia, ambas dentro de Unidade de Conservação de Uso Sustentável, com o objetivo de compatibilizar a conservação da natureza com o desenvolvimento socioeconômico, disciplinando o uso dos recursos naturais e os processos de

ocupação do solo. Em 2003, projetos já estavam sendo colocados em prática nessa localidade. O SEBRAE iniciou em maio desse mesmo ano uma atuação na Ilha do Bororé por meio do Programa de Desenvolvimento de Turismo Receptivo (PDTR), realizando ações coordenadas de consultoria em planejamento turístico.

Em 2005 a gestão da subprefeitura também começou a dar visibilidade ao tema, com a criação do CIT, Centro de Informação ao Turista, até hoje em funcionamento próximo ao Terminal Varginha e no acesso a Parelheiros. Em 2008, foi criada a AMTECI – Associação de Micro Pousadas, Turismo, Eventos, Comércio e Indústria de Parelheiros e, em 2011, junto com a portaria que regulamenta o CIT, foi criado o CONGETUR, Conselho de turismo da região, conselho paritário que atua sobre as definições das ações do Polo de Ecoturismo de São Paulo. Este, é criado em 7 de janeiro de 2014 por meio da Lei nº 15.953¹⁸, com o objetivo de disciplinar e normatizar as atividades ecoturísticas da região, nos territórios administrativos das subprefeituras de Parelheiros e da Capela do Socorro, estimulando o desenvolvimento econômico e social visando sua proteção e conservação.

Sobre os desdobramentos dos fatores explicitados nesse capítulo abordaremos no capítulo 5, onde exploraremos um pouco mais o panorama do território em questão e os impactos sobre a comunidade residente.

5 Comunidade local e áreas de lazer no extremo sul de São Paulo

Diante do panorama histórico apontado no capítulo anterior, podemos discorrer sobre várias problemáticas que permeiam a região do extremo sul da cidade de São Paulo. Sua formação baseada no processo de reprodução do urbano sem planejamento e ainda apartado dos cuidados do Estado, fez com que essa localidade tivesse enorme crescimento populacional desordenado sobre áreas naturais. Áreas estas estabelecidas como patrimônio e de proteção ambiental, posterior a ocupação social já iniciada naquela região. As políticas ambientais desconsideraram o fato de que o processo de urbanização levou e leva essas pessoas a ocuparem os locais distantes do centro, as margens da cidade, por conta do processo de especulação imobiliária que supervaloriza e gentrifica os espaços.

No caso do extremo sul que possui extensa área de mata atlântica, essa localidade além de ser alvo dos inúmeros projetos e políticas para preservação, atualmente vem sendo alvo de projetos urbanísticos para dotar o território de infraestrutura e levar pessoas de fora

¹⁸ Pode ser acessado em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-15953-de-07-de-janeiro-de-2014>

para usufruir dos ares de interior. A articulação entre poder público e empresários locais é notória, o discurso de desenvolvimento local através do turismo surge como objetivo central das ações, mas sem expor outros interesses. As políticas ambientais que permeiam o território vêm no sentido de proteger as áreas verdes de possíveis degradações, porém para atender os projetos rentáveis da iniciativa privada, as leis se afrouxam.

A falta de planejamento urbano e a carência de políticas públicas efetivas nas periferias impactam diretamente a vida dos moradores locais que são apartados dos serviços básicos para a sobrevivência. A realidade de muitas pessoas que saem cedo de suas residências e retornam tarde da noite, dividindo seu dia em longas horas no transporte público para ir e voltar do trabalho, vendendo sua força de trabalho para tentar pagar as contas, muitas vezes conciliando trabalho e estudos com o objetivo de melhorar sua qualidade de vida, é o dia a dia que observamos nos transportes públicos da capital. Para os moradores do extremo sul, o movimento diário em direção ao centro da cidade, ou até outros extremos da metrópole e centros comerciais, faz parte da sua rotina. A folga é o dia que tem para descanso e outros afazeres, a possibilidade de lazer para muitos é algo raro e escasso, uma vez que a maioria dos equipamentos de lazer e cultura ficam na região central da cidade, distante de suas residências. Dessa forma, o que sobra são as ruas dos bairros, as praças, às vezes os shoppings próximos, alguns centros culturais públicos existentes.

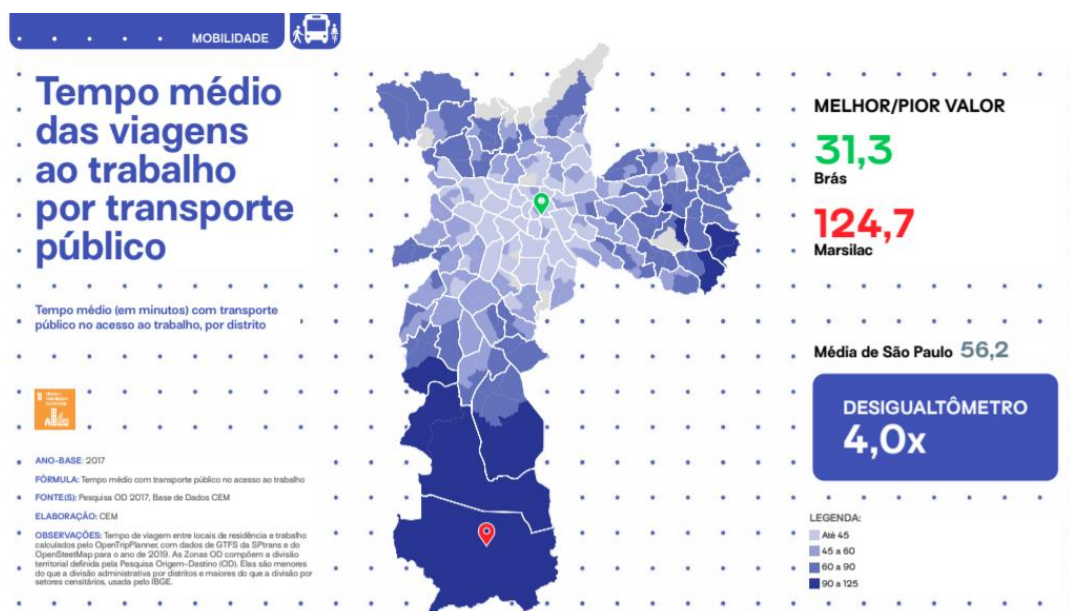
De acordo com o Mapa da Desigualdade de 2021¹⁹, em relação a mobilidade, praticamente 100% dos moradores dos distritos de Parelheiros, Marsilac e Grajaú, onde está localizado a Ilha do Bororé, residem em um raio de mais de 1km de distância de sistemas de transporte público de alta capacidade como metrô, trens e monotrilhos. Em relação a cultura, a proporção de centros culturais, espaços e casas de cultura municipais nesses distritos é de 0, no caso de Marsilac, e entre 0,3 a 0,10 nos distritos de Parelheiros e Grajaú, para cada dez mil habitantes. A proporção de equipamentos públicos de cultura municipais é de 0, no caso de Marsilac, e entre 0,6 a 1,5 em Parelheiros e Grajaú, para cada cem mil habitantes. Não há cinemas e museus nos três distritos, e não há salas de teatro em Parelheiros e Marsilac e no Grajaú, a proporção é de 0,03 a 0,1 para cada dez mil habitantes. E equipamento de esportes, não há no distrito de Marsilac e em Parelheiros e no Grajaú, a proporção é de 0,06 a 0,6 para cada dez mil habitantes.

A figura 8 abaixo apresenta o mapa do tempo médio gasto nas viagens ao trabalho em transporte público. A relação entre distância e tempo percorrido pelos moradores do extremo

¹⁹ Pode ser acesso em: <https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2021/10/Mapa-Da-Desigualdade-2021_Mapas.pdf>

sul para chegar aos seus postos de trabalho mostra o quanto é desgastante seu dia a dia, sem contar as péssimas condições dos transportes públicos. Muitos desses moradores trabalham na região central, pois há escassez de vagas de emprego nos bairros onde moram. A maioria até gostaria de morar próximo aos seus postos de trabalho, porém a opção mais viável economicamente, uma vez que grande parte dessas pessoas também possuem baixíssimos níveis de educação formal impactando diretamente nas suas rendas, é morar nos bairros e regiões mais afastadas onde conseguem custear um aluguel ou morar em terrenos de parentes e familiares.

Figura 8 - Tempo médio gasto nas viagens ao trabalho em transporte público, por distritos



Fonte: Mapa da Desigualdade, Rede Nossa São Paulo 2020.

A falta e a dificuldade nos acessos aos bens e serviços públicos de qualidade se traduzem e implicam em outras áreas das vidas dessas comunidades. O tempo para lazer é praticamente inexistente se relacionarmos o tempo gasto em transportes públicos diariamente, a baixa renda que pouco dá para pagar as contas e quem dirá acessar espaços privados de lazer e entretenimento, as distâncias entre suas moradias e os equipamentos públicos da região central; todos esses fatores são determinantes para a privação e exclusão dessas pessoas dos acessos a direitos e a cidadania. O artigo 6º da Constituição Federal de 1988 prevê como princípios fundamentais e direitos sociais os acessos a saúde, educação, moradia, trabalho, lazer, transporte, entre outros para conferir aos cidadãos o direito a cidadania. Comparando

com a realidade das populações periféricas das cidades, vê-se a violação desses direitos partindo do próprio Estado.

Sintetizando os dados do Mapa da Desigualdade de 2021, entende-se que esses distritos, como alguns outros do município, possuem pouquíssimos ou nenhum equipamento de lazer para os moradores locais. Enquanto distritos centrais e de áreas nobres despontam no ranking de melhores índices de equipamentos e serviços públicos e privados. Diante disso, é possível prever quais as prioridades e necessidades das pessoas que moram nesses locais. Nota-se que os planos de gestão, no caso do extremo sul o Plano Regional de Parelheiros, apontam essa deficiência, porém as diretrizes e ações públicas não são eficientes para minimizar essas desigualdades. A pandemia foi um fator importante para entender o quanto as desigualdades estruturantes afetam a vida da população periférica. De acordo com uma matéria do Portal Aprendiz²⁰, “nos lugares que apresentam maiores índices de desigualdades, onde está a população mais vulnerável em renda, habitação e saúde, foi onde ocorreram o maior número de mortes”. A coordenadora da Rede Nossa São Paulo, Carolina Guimarães, cita que as mortes por Covid-19, tem cor e endereço e essa afirmação é confirmada pelo estudo Raça e Covid, realizado pelo Instituto Pólis, onde aponta que a mortalidade de pessoas negras é 60% maior que a de pessoas brancas.

O contexto histórico de São Paulo aponta que a população preta e parda (cerca de 56%) ocupa em sua maioria as bordas da cidade, em um processo de gentrificação construído ao longo formação da capital. No período pós-abolição essa população vivia no centro da cidade, políticas de embranquecimento da região empurraram esses sujeitos para as margens e as consequências se traduzem nas desigualdades até o momento presente.

Ainda comparando os dados do Mapa da Desigualdade, os dados apontam uma má distribuição dos equipamentos públicos no município de São Paulo e demonstram que os acessos às políticas públicas variam de acordo com o território que se vivem. Entre 2019 a 2021, nota-se que não houve melhoria nos índices apontados, e em relação a cultura, é possível notar no mapa abaixo as desigualdades latentes e presentes nos distritos da grande metrópole.

Figura 9 - Equipamentos públicos de cultura, por distritos

²⁰ Pode ser acessada em: <<https://portal.aprendiz.uol.com.br/2020/11/05/eleicoes-2020-cinco-desafios-para-cidade-de-sao-paulo-durante-e-apos-pandemia/>>



Fonte: Mapa da Desigualdade, Rede Nossa São Paulo 2019

A iniciativa da Rede Nossa São Paulo, utiliza dados abertos disponibilizados pela prefeitura e algumas secretaria para compor o Mapa, e esse por sua vez, comprova a pouca eficácia das gestões municipais de olhar para a cidade de maneira igualitária, considerando todos os territórios como terrenos de aplicação de políticas públicas.

Contrapondo os dados explicitados anteriormente, é importante acrescentar que o extremo sul da zona sul não é um espaço estático e sem vida, ele é dinâmico, há ideias, vontades e sonhos presentes que fazem com que o território ganhe vida dia após dia de luta pelos seus moradores. Há projetos e ações práticas que demonstram que é possível os acessos, a mobilidade e oportunidades para quem mora da ponte para cá²¹. Iniciativas autônomas dentro das bordas da cidade estão presentes nessa região, mesmo que elas não apareçam nos mapas. A junção comunitária fortalece os coletivos e organizações que atuam no sentido de suprir as carências das políticas públicas em várias áreas. Podemos citar como iniciativas da comunidade local as bibliotecas comunitárias, os saraus, centro culturais, projetos de mulheres e mães para atender as demandas dessa comunidade, movimentos de música, dança e cultura que atuam nas ruas dos bairros fortalecendo a cultura periférica, entre outros variados que utilizam da participação social como solução para combater as desigualdades existentes.

Considerando os dados socioeconômicos da população do extremo sul, verifica-se que o direito ao lazer é impossibilitado pelas políticas públicas locais e a última opção para ocupar

²¹ Parafraseando o título da música do grupo Racionais MC's, que em suas letras expõe o cotidiano dos moradores da zona sul da capital.

o tempo livre dessas pessoas. O conceito de lazer aplicado aqui é o formulado por Dumazedier (1973) que ainda hoje tem influência nos campos de estudo sobre esse tema no Brasil.

Para Dumazedier (1973, p. 34), o lazer pode ser compreendido como:

[...] um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou ainda para desenvolver sua formação desinteressada, sua participação social voluntária, ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

De acordo com o autor, o lazer é exercido fora das obrigações sociais e em um tempo livre que varia segundo a intensidade de engajamento do indivíduo. O lazer encontra-se submetido a um lugar de destaque, com funções de descanso, desenvolvimento da personalidade e diversão. O sociólogo Renato Requixa compreendeu "lazer como uma ocupação não obrigatória, de livre escolha do indivíduo que a vivencia e cujos valores propiciam condições de recuperação e de desenvolvimento pessoal e social" (1977, p. 11). Sua compreensão de lazer é a partir da lógica de um tempo verdadeiramente livre permitido pelo ambiente urbano industrial. Camargo (1989), a partir de Dumazedier, conceitua o lazer como um conjunto de atividades que devem reunir algumas características: devem ser gratuitas, prazerosas, voluntárias e liberatórias centradas em interesses culturais, físicos, manuais, intelectuais, artísticos e associativos, realizadas num tempo livre, subtraído ou conquistado, historicamente, da jornada de trabalho profissional e doméstica e que interferem no desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos.

Nas definições citadas, observa-se que o caráter libertador do lazer é resultado de livre escolha, embora esta não exista de forma absoluta, uma vez que a livre escolha está marcada por condicionamentos diversos, sobretudo os socioeconômicos. Contudo, relacionando o contexto em que está inserida a realidade da comunidade local dos distritos estudados nessa pesquisa, verifica-se que essas pessoas praticamente não possuem esse tempo livre e quando possuem, ficam impossibilitados de aproveitá-lo de maneira a atingir o desenvolvimento pessoal e social, conforme Camargo.

A essa população já é relegado o espaço de moradia, de lazer e qualidade de vida. Os espaços existentes carecem de infraestruturas necessárias para a manutenção e exercício da cidadania e a gestão das políticas públicas municipais ineficientes. Nos últimos anos, alguns

espaços tem recebido atenção do poder público e algumas ações de melhoria têm sido implantadas nos bairros. A abertura de parques públicos municipais e a melhoria de bairros nas proximidades com as represas, como o caso do Parque Linear no bairro Cantinho do Céu, próximo a Ilha do Bororé, são ações que por um lado é uma conquista para os moradores que podem aos finais de semana terem espaços para aproveitarem seu tempo livre.

A partir da lei de compensação ambiental, cinco novos parques municipais localizados nas regiões da Capela do Socorro e Parelheiros, foram abertos em 2020 dentro das políticas de preservação das UCs. Os Parques Naturais Municipais – PNMs Bororé, Itaim, Jaceguava, Varginha e Cratera do Colônia são as mais novas opções de áreas verdes para uso público nessa região que antes não dispunha de parques, a população residente tinha como o parque mais próximo o Ibirapuera, localizado na região central, distante do extremo sul. Alguns projetos de educação ambiental estão em desenvolvimento com o objetivo de atrair a população local e aproximá-la das questões ambientais, seguindo os princípios ambientais de conservação e sustentabilidade.

A proposta de criação do Polo surge com esse mesmo objetivo, porém a partir do que é apresentado no PDTs e nas ações e projetos atuais desenvolvidos por seus atores e agentes, a intenção de uso e exploração dos atrativos do Polo de Ecoturismo não está voltada para a população local. De acordo com PDTs, o perfil do público alvo definido é de pessoas de classe média que moram nos bairros centrais. Na proposta do plano, que trata esses usuários como “clientes” (vide p. 49), verifica-se o objetivo econômico e a busca pela rentabilidade desses atrativos. As propostas de criação das APAs e os planos de gestão sejam eles municipais e/ou estaduais, atrelados aos planos de manejo das UCs da região e planejamento ambiental propõem o uso do território pelo turismo direcionando para o viés econômico dessa atividade. Nota-se o discurso de desenvolvimento local a partir da exploração e venda dos espaços e da natureza presente no Polo.

Apesar da mobilização e articulação entre os agentes e atores causada pelas políticas de gestão que tenta trazer esse local para o leque de destinos de natureza possíveis dentro da cidade de São Paulo, o planejamento do turismo precisa levar em conta outras áreas integradas ao desenvolvimento do território e mais ainda, levar em conta a realidade dessa região. Se a partir de um processo histórico se estruturou um cenário de desigualdades no extremo sul, a disputa pelo uso dos espaços pela atividade turística proposta pode agir de modo inverso dos objetivos de criação do Polo que é de sustentabilidade. À medida que a comunidade local não é considerada no planejamento do turismo, a perspectiva sustentável fica impossibilitada pelos impactos negativos dessa atividade.

“Áreas pobres e de rico patrimônio natural e cultural têm se tornado alvo de investimentos turísticos de forma crescente. Essa é uma tendência atual em muitos países desenvolvidos de grande extensão territorial, através da qual o governo faz a apologia do turismo como instrumento de desenvolvimento. (Tosun & Jenkins, 1996 apud Coriolano, 2014. pg 97)”

A partir dessa afirmação, é possível associar os discursos dentro de projetos e políticas de turismo que tratam de convencer os atores locais pelo viés econômico, onde a possibilidade de atrair investimentos, aumento na geração de emprego e renda para a comunidade, é o fator principal para a o desenvolvimento do turismo nas localidades. Esse discurso mascara os impactos negativos e não deixa claro quem realmente lucra com o turismo. Muitos locais impactados pela atividade turística vê seu território ser invadido e usufruído por pessoas de fora. O encarecimento no modo de vida local é um dos impactos sentidos por aqueles que antes não precisavam dividir ou disputar seu espaço com o turista.

A problemática de se colocar o turismo enquanto salvador das economias e fator de desenvolvimento local, desconsiderando a comunidade enquanto usuária desses territórios é um erro cometido desde o surgimento dessa atividade e comprovada a sua ineficácia em médio e longo prazo. Desenvolver os territórios partindo do propósito para o turista e considerar os moradores locais apenas como mão de obra para servi-los, é perpetuar a lógica capitalista onde um sempre estará a serviço do outro. Não negando o caráter do turismo enquanto setor de serviços, mas a lógica dentro do discurso mercadológico em tratar os receptores dos locais apenas como possíveis mãos de obra para a atividade e desconsiderar que essas também têm direito ao lazer e ao usufruto dos espaços é algo que deve está no planejamento do turismo e de outras áreas sociais.

No caso do extremo sul, onde a população já carece de muitos serviços básicos e infraestruturas locais e no caso de equipamentos de lazer praticamente inexistentes, pensar a comunidade local enquanto usuária dos atrativos locais do Polo é uma possibilidade que deveria abarcar o planejamento local e estar nas propostas dos empresários que querem manter seus estabelecimentos. A partir de uma breve conversa com potenciais visitantes e moradores da região sul e entorno, é possível notar que há o interesse dessas pessoas em conhecer e frequentar a região e que seria mais fácil o acesso por está perto de suas residências.

As recentes pesquisas, principalmente pós-cenário de pandemia mundial, mostram que as atividades e viagens na natureza são o mais novo segmento do turismo. De acordo com Lima (2003) as atividades de caráter socioeconômicas propostas para as UC, o uso turístico é parte integrante. No mundo, os turistas estão cada vez mais buscando a visitação em parques e reservas na tentativa de vivenciar experiências que os aproximem, e colabore na compreensão e valorização do meio ambiente natural, no sentido de encontrar nesses espaços aquilo que o próprio cotidiano das metrópoles não oferece mais.

Se o objetivo do Polo de Ecoturismo está amparado nos princípios da sustentabilidade e os instrumentos de políticas públicas municipais apontam para melhoria e desenvolvimento e fortalecimento local com participação efetiva da comunidade, a estratégia mais eficiente seria fortalecer a noção de pertencimento e de patrimônio por parte dos locais para que estes possam divulgar e oferecer aos visitantes.

6 Considerações finais

A partir das leituras que permeiam o tema dessa pesquisa é possível abrir vários caminhos e possibilidades que circundam o território do extremo sul do município. Crescer e morar em um dos distritos que compõe o Polo de Ecoturismo foi o fator principal para tentar entender o que esse projeto pode trazer para a região. Diante das pesquisas e entendimento dos fatores implícitos ou não que permeiam esse território é possível afirmar dentro do que o campo do turismo considera enquanto atrativo turístico o Polo pode surgir no leque de destinos possíveis para a prática da atividade turística.

Porém, algumas considerações devem ser levadas em conta quando se trata de planejamento como um todo e principalmente de uma atividade que tem forte impacto onde é aplicada. O histórico da região do extremo sul e seu desdobramento leva a analisar o território de forma racional, considerando todas as suas especificidades. O turismólogo é incentivado a pensar a gestão dos destinos de modo multidisciplinar para que o planejamento seja eficiente. Nesse sentido, analisando as políticas e ações atuais que tentam imprimir mais uma localidade no portfólio de destino de ecoturismo, a percepção do que pode vir se tornar efetivamente desenvolvimento local esbarra nos impactos que o turismo pode gerar nessa localidade.

O projeto de desenvolvimento do Polo de Ecoturismo está associado à políticas de preservação ambiental que de certo modo tenta um meio de ao mesmo tempo preservar o que resta de patrimônio natural na cidade de São Paulo e ao mesmo tempo desenvolver uma

região pobre. Os desafios estão no equilíbrio entre a preservação ambiental, o fortalecimento social e a tentativa de rentabilizar o espaço de acordo com as normas do capital. O turismo enquanto atividade multifacetada que abarca tanto o social, o ambiental, o cultural e o econômico pode ser um instrumento e uma possibilidade, porém os interesses no planejamento turístico precisam estar de acordo a beneficiar a todos os envolvidos tanto com a atividade como nos espaços e equilibrar essas quatro áreas.

Considerando o turismo enquanto mais uma atividade que possui em sua base o uso dos territórios e das paisagens, este pode ser um instrumento de preservação dos espaços como também das culturas sociais. Seu planejamento precisa estar integrado a uma economia solidária, diversificada e participativa, além de considerar todos os agentes e atores envolvidos. Para que ocorra uma atividade sustentável precisa se considerar seus impactos negativos e equilibrar os elementos que ajudem a diminuir os déficits estruturais e a dívida social.

A visão mercadológica e rentável da venda do lazer e dos espaços precisa ser superada ou ao menos equilibrada de modo minimizar as desigualdades já existentes. No caso do Polo de Ecoturismo, considerar a população local antes de considerar o turista é um modo de se fortalecer o território, uma vez que já é uma localidade que sofre com problemas estruturais. Sabe-se que o mau planejamento ou a sua ausência acarreta fatores. O conceito da sociedade contemporânea onde todas as esferas do social se tornaram moeda de troca e estão condicionadas à rentabilidade que cada coisa pode ter. O turismo não está isento e por muitos críticos é apontado como mais uma arma do capitalismo para transformar os territórios e paisagens em produto.

Por isso, um novo modo de se pensar o turismo precisa emergir para que se minimize seu impacto tanto sobre as comunidades locais e população residente dos destinos elencados como turísticos e ao mesmo tempo, imprima menor impacto sobre o ambiente, se tornando realmente sustentável.

7 Referências

ALMEIDA, Léia Chrif de. **A (re) valorização do espaço do distrito de Parelheiros-SP: moradia, preservação ambiental e políticas públicas**. São Paulo, 2012.

ALMEIDA, Léia Chrif de. **A produção da natureza na reprodução da metrópole: o caso de Parelheiros e Marsilac, extremo da zona sul da cidade de São Paulo**. São Paulo, 2018. 191f. Dissertação (Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

ALVISI, Luna Galvão; MOREIRA, Renata Eloah Aguiar. ST 10 Alcances e Limites da Política de Ecoturismo em Parelheiros. **Anais ENANPUR**, v. 17, n. 1, 2017.

BRASIL. **Lei 9.985/2000**, 18 de julho de 2000. Regulamenta o art.225, 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

CAMARGO, L. O. L. **O que é lazer**. São Paulo: Brasiliense. 1989.

CÁSSIA DA CRUZ, Rita de. **Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço**. En publicación: América Latina: cidade, campo e turismo. Amalia Inés Geraiges de

Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006.

CORIOLOANO, Luzia Neide Meneses Teixeira. – **O turismo de base local e o desenvolvimento na escala humana**. In: CORIOLOANO, Luzia Neide Meneses Teixeira. (org). – Turismo e desenvolvimento social sustentável. Fortaleza: EDUECE, 2003.

DA COSTA, Vivian Castilho; DA COSTA, Nadjia Maria Castilho. **O desafio do ecoturismo em unidades de conservação**. **Geo UERJ**, n. 8, p. 55, 2000.

DIAS, Reinaldo. **Sociologia do Turismo**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. Hucitec, São Paulo, 1996.

DO NASCIMENTO LOPES, Elfany Reis; SANTOS, Adriana Melo. Turismo e recursos naturais: o lugar das unidades de conservação no ecoturismo. **Nature and Conservation**, v. 7, n. 1, p. 48-60, 2014.

DUMAZEDIER, J. Lazer e cultura popular. São Paulo: Perspectiva, 1973.

FUSTER, Fernandez, **Introdução a Técnica e Teoria del Turismo**. 4 ed. Madrid: Nacional , 1974.

FRANCA, Terezinha Joyce Fernandes et al. Turismo e lazer em áreas periurbanas de proteção de mananciais: território, paisagem e multifuncionalidade. **Negowat workpackage**, v. 3, 2005.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. Companhia das Letras. Edição do Kindle (2019).

DE LA TORRE. Oscar . **El turismo- fenómeno social México, Fondo de Cultura Económica**, 1992.

LIMA, M. (Eco) turismo em Unidades de Conservação. *In*: RODRIGUES, A. **Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites**. São Paulo: Contexto, 2003.

MAIA, Doralice Sátyro. **Hábitos rurais em vidas urbanas**. In DAMIANI Amélia Luisa, CARLOS Ana. Fani. Alessandri, SEABRA Odette de Lima. (Org.) O Espaço no fim do século: a nova raridade. 2ªed, SÃO PAULO: CONTEXTO, 2001.

MAYER, Isabel Aparecida dos Santos. **Parelheiros idas e vi(n)das: ler, viajar e mover-se com uma biblioteca comunitária**. 2021. 273 p. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Versão corrigida.

NEIMAN, Zysman; MENDONÇA, Rita. Ecoturismo: discurso, desejo e realidade. **Revista Turismo em Análise**, v. 11, n. 2, p. 98-110, 2000.

PELLEGRINI FILHO, A. **Ecologia, cultura e turismo**. Campinas: Papirus, 1993.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Guia Turístico: ecoturismo e agroecologia no extremo sul de São Paulo**. São Paulo Turismo S/A: 2017. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/governo/arquivos/guia_site.pdf>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Plano de desenvolvimento do Turismo Sustentável do Polo de Ecoturismo de São Paulo**. São Paulo Turismo S/A: 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Roteiro temático: polo de ecoturismo de São Paulo**. 2ª edição. São Paulo Turismo S/A: 2017. Disponível em: <<http://cidadedesaopaulo.com/v2/wp-content/uploads/2017/04/Roteiro-Polo-ING-2a-edicao-site.pdf>>.

REJOWSKI, Mirian.2002.**Turismo no Percurso do Tempo**.São Paulo.Ed.Aleph.

REQUIXA, Renato. **O lazer no Brasil**. São Paulo: Brasiliense. 1977

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2015.